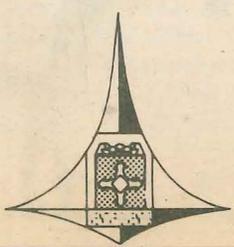


L • E • T • R • A • S

DI

 DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Brasília, dezembro/1992 - Ano 1 - Nº 2



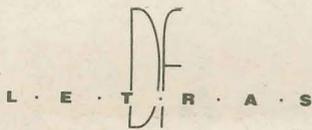
SUPLEMENTO CULTURAL
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Antes que de todo nos escapem os 500 anos da descoberta da América, DF LETRAS, nas capas desta edição, homenageia alguns dos mais antigos artistas plásticos das Américas. São desenhos, gravuras, petróglifos e esboços, antigos de 10.000 anos. E todos eles encontrados em abrigos do Planalto Central, obras do homo cerratensis.

Devemos esse resgate arqueológico, e seu exaustivo trabalho de decalque e reconstituição, aos cientistas e artistas Pedro Ignácio Schmitz (Unisinos), Altair Sales Barbosa, Maira Barberi Ribeiro e Ivone Verardi, alguns deles hoje ligados ao Instituto do Trópico Subúmido da Universidade Católica de Goiás — O Instituto dos Cerrados, que quase sozinho tem feito a defesa do desprotegido bioma.

Agradecemos além destes aos nossos colaboradores e ilustradores que graciosamente nos tem enviado suas contribuições.

DF LETRAS neste seu segundo número passa, por força da demanda reprimida por anos de ausência de uma publicação desta natureza, de um mil e quinhentos para três mil exemplares, a serem distribuídos em todos Estados brasileiros e sobretudo no Distrito Federal e Região Centro-Oeste.



Publicação Literária Mensal da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Editor
Paulo Bertran
Projeto Gráfico
Cláudio Antônio de Deus e
Cláudio Maya Monteiro
Endereço para Correspondência e Assinaturas:
Diário da Câmara Legislativa — DF LETRAS
Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal Sala F-25
SAIN 916 — Parque Rural Norte 70.086-900 — Brasília-DF tel. (061) 347-5128 e 347-4626 Ramal 226.

A assinatura de DF-LETRAS é gratuita. Os pedidos devem ser enviados ao endereço do expediente, constando o nome do assinante, profissão e endereço completo, com CEP e telefone para contato.

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

| | |
|---------------------------|-----------------------------------|
| EXPEDIENTE | (Reg. Profissional |
| Coordenador de Editoração | 302/03/52v/GO/Mtb) |
| Nelson Pantoja | Projeto Gráfico |
| (Reg. Profissional) | Cláudio Antônio de Deus |
| 916/06/01/DF/Mtb) | (Reg. Profissional 1943/10/59/DF) |
| Editora-executiva | Redação — 347-5128 |
| Maria Félix Fontenele | 347-4626 Ramal 226 |

• As colaborações para DF LETRAS são solicitadas pela coordenação do Suplemento. As contribuições espontâneas podem ser apreciadas desde que não excedam 400 linhas. Não devolvemos os originais.

Composição da Câmara Legislativa do Distrito Federal



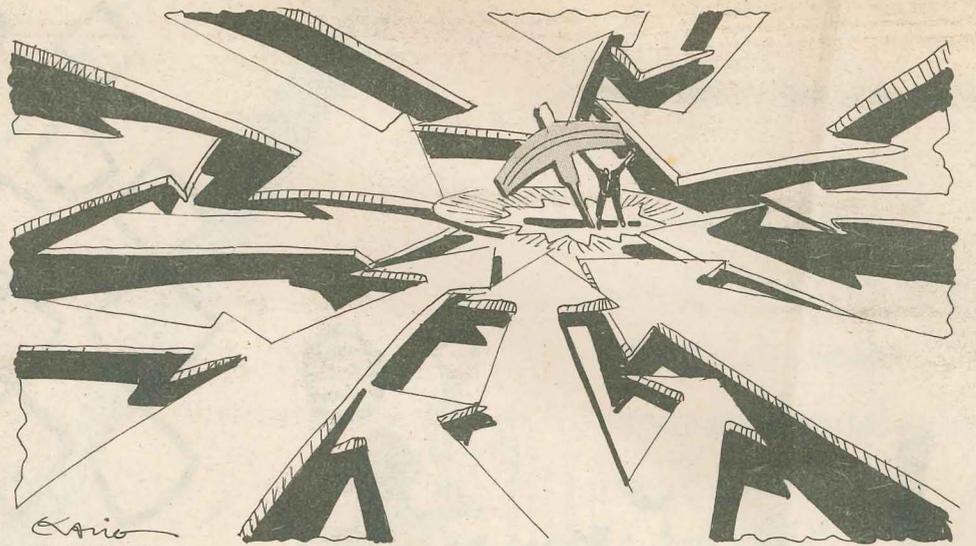
(Mesa Diretora e Comissões Técnicas)

Mesa Diretora
Salviano Guimarães
Presidente
Vice-presidente: Tadeu Roriz
Primeiro-Secretário
Pedro Celso
Segundo-secretário
Benício Tavares
Terceiro-Secretário
Deputados
Agnelo Queiroz
Aroldo Satake
Benício Tavares

Carlos Alberto
Cláudio Monteiro
Edimar Pireneus
Eurípedes Camargo
Fernando Naves
Geraldo Magela
Gílson Araújo
Jorge Cauhy
José Edmar
José Ornellas
Lúcia Carvalho
Manoel Andrade
Maria de Lourdes Abadia
Maurílio Silva
Padre Jonas
Pedro Celso
Peniel Pacheco

Rose Mary Miranda
Salviano Guimarães
Tadeu Roriz
Wasny de Roure

Mesa diretora
(biênio 93/94)
Benício Tavares
Presidente
Rose Mary Miranda
Vice-presidente
Lúcia Carvalho
Primeiro-Secretário
Peniel Pacheco
Segundo-Secretário
Cláudio Monteiro
Terceiro-Secretário



KASSIO

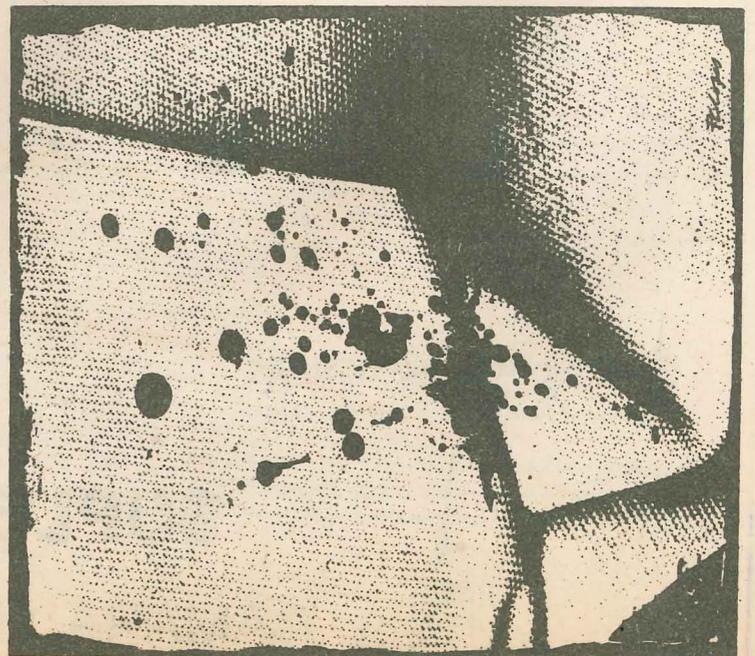
— Ilustrador e chargista, tem realizado extensa colaboração para os jornais de Brasília.



FERNANDO MADEIRA —
Artista plástico e arquiteto, Fernando Madeira tem participado de diversas mostras coletivas e individuais. Expôs recentemente, com sucesso, na embaixada brasileira em Paris.

ELDER ROCHA LIMA —
Arquiteto de renome e artista plástico, o professor Elder Rocha Lima tem diversas exposições individuais e coletivas ao longo de uma carreira consagrada como pintor.

FERNANDO LOPES —
Ilustrador e artista plástico, Fernando Lopes assina diversos trabalhos em periódicos e jornais de Brasília.





História e Tecnologia Culinária

A Tradição Marmeleira do Planalto

A história da marmelada perde-se no tempo. Na Grécia clássica, o marmelo — maçã doce — associava-se aos atributos de Afrodite, a Deusa do Amor. Neste artigo ecológico e didático, Jesus Mello levanta parte dessa intrigante e bicentenária história da marmelada de Luziânia. Em 1872 (há o registro documental), a marmelada de Santa Luzia, município berço de Brasília, recebeu o primeiro prêmio, categoria doces, na Exposição Universal de Philadelphia (EUA). D. Pedro II, provento Imperador do Brasil, exigia-a à mesa. Nos anos 1950 e 1960, detratores de Brasília aproveitavam-se da real tradição marmeleira da região para sugerirem uma grossa “marmelada”, injusta insinuação de corrupção ao Governo JK.

JESUS BENEDITO MELO

Academia de Letras e Artes do Planalto

Segundo pesquisas feitas pelo saudoso Benedicto de Araújo Mello, o primeiro pé de marmelo foi plantado no velho julgado de Santa Luzia, hoje Luziânia, por João Pereira Guimarães, na sua fazenda Engenho da Palma no ano de 1770, tendo uma perfeita adaptação nas terras da região.

Desse pé original saíram as primeiras mudas que proliferaram nas bi-centenárias fazendas Ponte Alta, Barreiros, Jataí, Vargem, Mesquita, Santa Bárbara, Riacho Frio, Saia Velha e outras, onde existiram grandes marmelerais, na maioria hoje extintos. Entretanto, ainda exis-

tem atualmente plantações de marmeleiros em várias fazendas do Município, com produção ativa de marmelada, em escala comercial de segundo porte, artesanal. Planta-se assim: Por ocasião da poda do marmeleiro, prepara-se uma verga madura, com aproximadamente 60 cm de comprimento e esta é fincada à beira de um local onde haja água permanente (regos, açudes etc.), ficando ali por um período de 1 ano e meio, mais ou menos, quando será transplantada para um local definitivo, fazendo-se uma cova de 50 x 50 cm de profundidade, tendo-se o cuidado de fazer a adubação, principalmente com esterco do curral. Após 3 a 4 anos, já começare-

mos a colher os primeiros frutos.

Para que tenhamos marmelos em abundância, é necessário que se faça a poda dos marmeleiros em períodos certos do ano, que correspondem aos meses de junho, julho e agosto, de preferência nas luas cheia e minguante, sendo necessária a aplicação de uma técnica própria para este tipo de árvore frutífera, transmitida de geração em geração pelos podadores encarregados desta tarefa.

E para ilustrar melhor este tópico, transcrevo aqui um trabalho jornalístico do saudoso podador Benedicto de Araújo Mello, que ilustra muito bem es-

te trabalho nas fazendas do seu tempo:

MARMELEIROS DE 1930

“Em algumas dessas fazendas, reuníamos de 10 até 30 podadores munidos de tesouras de jardineiro e púnhamos a cortar galhos de marmeleiros no lugar recomendado pela técnica dos podadores. Trabalhávamos de sol a sol, com pequenos intervalos para as refeições. O dia passa depressa sem sentirmos. Boas palestras, gracejos, piadas dentro de um humorismo sadio. Críticas de uns aos outros, revelando às vezes até segredos amorosos. Diziam os experts em

podas que sem uma pinguinha de alambique para regar os marmeleiros, sem falar da vida alheia, a frutificação não era abundante. Tínhamos sempre bom tratamento alimentar, mesas fartas das melhores iguarias. Ao meio dia uma merenda reforçada e apetitosa, contando com o pão branco quente com manteiga, pão de queijo, broa de mandioca e outras variedades, acompanhadas do cafezinho e leite adoçado. Tudo tomado ao ar livre debaixo de frondosas jabuticabeiras, uns assentados pelo chão ou em galhos de árvores e outros de cócoras. Depois de fumado o cigarrinho de palha, fumo de rolo cortado na hora, voltávamos a a brandir as

tesouras num tic tac animador até o sol se por. O jantar que não diferia das variedades do almoço era sempre servido com luz de lamparina, regado de aperitivos. Terminado o jantar, para encurtar a noite, formávamos uma roda de douradão, derivativo do jogo de Truc, com quatro ou cinco parceiros, em cujo divertimento permanecíamos até a meia noite ou mais, para depois procurar as fofas camas num descanso de algumas horas. Ao nascer do sol, depois do cafezinho da manhã, voltávamos à faina do dia anterior. Nos grandes marmelerais eram sempre três dias até terminá-los.

Terminadas as podas dos mutirões convidados, íamos dar as nossas traições nos marmeleiros mais distantes. Uma delas na fazenda Saia Velha, de propriedade da saudosa Dona Rachel Pimentel, onde chegávamos ao clarear do dia, cantados os versos rimados da "Traição" éramos fidalgamente recebidos pela dona da casa. Depois dos agrados costumeiros, começávamos a manejar as tesouras até o anoitecer quando terminávamos de podar o último marmeleiro. Depois do jantar o jogo de baralho até o sono chegar. No dia seguinte, sempre um domingo, íamos dar uma surpresa nos marmelerais de Eugênio Pereira Braga, fazenda Mesquita, que relutava em aceitar nossa ajuda, argumentando que "trabalhar dia de domingo ofende a Deus", mas acabava capitulando, sentindo-se satisfeito vendo os marmeleiros podados. Havia

podadores jocosos como José Gomes dos Santos, trazendo o Reginaldo Coutinho de canto chorado com as suas brincadeiras, mas sem ofendê-lo.

Outro mutirão muito agradável para a turma era o prestado ao Dr. Sebastião Machado na sua fazenda Riacho Frio. O Dr. Sebastião, quando Prefeito Municipal de Luziânia, na década de 30, baixou decreto criando estímulos para a cultura do marmeleiro. Quem plantasse mais quantidade de pés de marmelo teria um subsídio da Prefeitura. Ele deu o exemplo, cultivando na sua fazenda Riacho Frio mil marmeleiros, que se tornaram de primeira grandeza, sem se beneficiar da lei por ele decretada. A poda no Riacho Frio era interessante desde a viagem, atravessando o rio São Bartolomeu: os mais corajosos a vau, com a montaria quase a nado, molhando as pernas e nós, os medrosos, numa balça de madeira leve, improvisada pelo Compadre José Gomes. Mesmo assim, entrávamos temerosos sempre apupados pelas graçolas dos companheiros. O Dr. Sebastião, solteirão impenitente nos entregava a direção da cozinha, inclusive assar gostosas leitões. Os quitutes, a "la homem" saíam a tempo e na hora. Eram três dias puxados para dar conta de todo serviço".

O sistema de mutirão ainda hoje existe em pequena escala, mas a maioria das podas atualmente são feitas pelo trabalho assalariado.

Santa Luzia já teve os seus dias áureos nas plantações de

marmeleiros. Quase todas as fazendas tinham seus marmelerais florescentes e sua pequena fábrica artesanal, quando o mesmo foi atacado por uma doença produzida por um fungo denominado "entomosporiase", destruindo e aniquilando quase toda a plantação do Município, isso a partir de 1940.

Vale lembrar que, para combater esta doença, Benedicto de Araújo Mello, quando Deputado Estadual, conseguiu do Governador Jerônimo Coimbra Bueno, em convênio com o Ministério da Agricultura, um Posto de Defesa Agrícola (PDA) com o fim específico de cuidar dos marmelerais, tendo como chefe, Zacarias de Araújo Mello e auxiliares, Alípio Pereira Braga e Malaquias Teixeira de Magalhães, o qual funcionou de 1949 até o advento de Brasília.

Hoje existem várias fazendas que superaram a cura da doença, com tratamentos específicos, onde mantêm sua fábrica artesanal e onde podemos saborear esta deliciosa marmelada muito procurada por todos que a conhecem.

O fabrico da marmelada é sempre feito pelo sistema artesanal, cada fazendeiro tem sua pequena fábrica e cada um se esmera da melhor maneira para se obter um produto de alta qualidade.

Vou relatar em detalhes a técnica como se fabrica marmelada, desde os tempos de nossos antepassados e que é seguida até hoje. Primeiro, limpa-se a felpa do marmelo com uma fla-

nela ou panos limpos; parte-se-o ao meio, tira-se a semente com uma faca ou canivete. Depois, leva-se ao fogo para cozinhar com água suficiente. Em seguida moe-se o marmelo cozido na máquina de moer carne usada na cozinha, manual ou elétrica. Passa-se esta massa em uma peneira fina, a fim de se obter uma pasta sem caroços e assim obtem-se um produto pronto para ser juntado à calda.

Em segundo lugar, prepara-se a calda, usando quase sempre o açúcar cristal. Coloca-se o açúcar cristal em um tacho de cobre previamente areado com limão, com água suficiente. Faz-se então a depuração das impurezas, coa-se esta calda em coador de flanela e deixa-se ferver até se obter uma calda grossa, e assim estará pronta para ser misturada à massa.

Usa-se normalmente, 1,5 Kg de açúcar para 1 Kg de massa.

Passa-se a calda pronta para uma tacha maior, também de cobre, e vai-se colocando aos poucos a massa, mexendo sempre com uma pá de madeira grande, de cabo longo, confeccionada para este fim. Continua-se mexendo sempre, pegando todo o fundo da tacha, até obter o produto final. É quando, ao se mexer com a pá, vê-se o fundo limpo da tacha.

Obtido o ponto recomendado, desce a tacha e com uma concha, a marmelada é colocada nas caixetas previamente confeccionadas para este fim.

As caixetas são fabricadas pelo próprio fazendeiro, onde são instaladas as oficinas somente na época do fabrico da marmelada, geralmente no mês de Janeiro. A madeira usada é a própria da região e são usados dois tipos, a saber: O São José ou Caixeteiro e o Mandiocão. São madeiras que não deixam cheiro ou gosto quando secas. A caixeta tem dois tamanhos, a saber: 23 cm x 13 cm, e 35 cm x 20 cm. A marmelada constituiu e constitui fonte de renda para alguns pequenos fazendeiros. Sua produção não chega para quem quer. Antigamente, muitos deles programavam os pagamentos das dívidas confiados na safra da marmelada. Existiam os compradores habituais de todos os anos, que revendiam para as praças mais distantes, como Goiânia, Trindade, Araguari etc. É vendida no peso correspondente a uma arroba, ou 15 Kg, que correspondem a 08 caixetas. Hoje, provavelmente, 08 caixetas não dêem uma arroba.

Socialmente, a tradicional e apetitosa marmelada de Santa Luzia constitui um verdadeiro "Cartão Postal" da cidade de Luziânia.

Receber uma caixeta de marmelada é motivo de muita satisfação, na certeza de que trata-se de produto muito saboroso e de puro marmelo.

Jesus de Melo é médico e escritor.
Endereço para Correspondência:
HIGS 703, Bl. "R", Casa 28
70.331.000 — BRASÍLIA — DF

Fixação de Fronteiras Geopolíticas na Colônia

Rio da Prata e Amazônia

Neste ensaio, o prof. Corcino Medeiros dos Santos, autor de diversos livros e artigos consagrados, oferece-nos com amplitude histórica como, entre espanhóis e portugueses, configurou-se a partilha da América do Sul nos tempos coloniais.

CORCINO MEDEIROS DOS SANTOS

Universidade de Brasília

As fronteiras luso-espanholas da América resultaram do entrechoque de forças antagônicas condicionadas por fatores geográficos, econômicos e políticos.

Na primeira metade do século XVI, Portugal tratava de reconhecer e assegurar a posse da terra através do litoral Atlântico.

A Espanha, por seu lado, tratava também de reconhecer as terras do Atlântico Sul. Enquanto seus conquistadores passavam das ilhas para terra firme e daí às "costas americanas do Pacífico, era natural que procurassem, pelo sul, o caminho que fechasse o círculo das suas conquistas" (1).

Várias foram as expedições

que partiram de Espanha com esse objetivo. Por volta de 1525 falou-se numas serras do interior que abrigariam muitas riquezas. A lenda dessas riquezas constituiu, por muito tempo, o estímulo para os aventureiros portugueses e espanhóis. Esse fato foi assinalado pela expedição de Aleixo Garcia que, acompanhada de uma comitiva de

centenas de índios, partiu do litoral de Santa Catarina e internando-se, atravessou "todo o continente, alcançando, pelo Alto Paraguai, Chuquisaca no Alto Peru" (2).

O litoral de Santa Catarina era assim frequentado tanto por espanhóis quanto por portugueses. É que por aí abria-se o caminho para os territórios de

abundante riqueza. Na verdade, o referido caminho era uma "estrada de índios que comunicava as nações guaranis do Paraguai e as do litoral Atlântico" (3). Mas não era apenas esse o trecho a ser frequentado por navegadores de ambas as nações ibéricas. Em Cananéia e Iguape, encontraram-se espanhóis e portugueses concorrendo simul-

taneamente para o povoamento do território.

Os choques não demoraram a ocorrer. Em São Vicente predominam os portugueses e em Cananéia os castelhanos. Estes avançaram até Iguape, de onde os portugueses procuraram desalojá-los.

Depois da Conquista do Peru, o ímpeto castelhano diminuiu. Os portugueses, por outro lado, agora ocupados com a produção de açúcar no litoral, vão também perdendo o entusiasmo com explorações em direção do Rio da Prata.

Os espanhóis porém continuaram à procura de Serra da Prata. "Os seus esforços tomam duas direções: a primeira é a do Rio da Prata, cujos afluentes e formadores vão sendo explorados e ocupados sucessivamente rio acima" (4). Buenos Aires é fundada em 1536 e em seguida, Assunção. Os estabelecimentos se multiplicam. Paralelamente a esta direção temos a outra via terrestre que seguia da costa, (em território hoje brasileiro) levando ao Paraguai, caminho esse inaugurado por Cabeza de Vaca depois de oficializar uma povoação castelhana em Cananéia. Traçou ele para os domínios de Espanha "Uma linha divisória que teria, se vingasse, excluído do Brasil o território dos seus três estados meridionais". Vê-se, portanto, que "os espanhóis, num amplo envolvimento apoiado no litoral e nos rios anteriores da Bacia Platina pareciam querer abarcar todo território centro-sul do Continente" (5).

Martinez de Irala, sucessor de Cabeza de Vaca alcançou a meta almejada pelos conquistadores, a famosa Serra da Prata (1549). Era Chuquissaca e identificava-se com o Peru, já conhecido dos espanhóis há 20 anos. Esse fato alterou o caráter da ocupação do Prata e seus afluentes. Daí em diante o Prata foi esquecido pelos conquistadores, porquanto a riqueza estava na Nova Espanha e no Peru. Os territórios do Rio da Prata conservaram somente os povoadores que já lá estavam e muito poucos vieram depois. Assim, a colonização avançou muito lentamente.

Caminhos e Mercadorias

Os mapas das colônias espanholas e portuguesas da América do Sul mostram duas grandes regiões, cujos centros de poder aparecem bem demarcados. Uma, de modo geral, abrange toda a Cordilheira dos Andes, desde a Venezuela ao Chile, abrindo-se a sudeste em direção do Rio da Prata e do Paraguai; e a outra pela costa Atlântica, desde as Guianas até o Rio Grande do Sul. Entre ambas fica uma enorme extensão de terras sem povoamento e sem ocupação pelos europeus. Daí dizem alguns autores "vazio demográfico" ou "terra de ninguém". Esse enorme espaço "vazio" contribuía mais para separar os domínios coloniais ibéricos do que para integrá-los.

O contato que havia entre as duas grandes regiões era através do contrabando ou de algumas expedições, de reconhecimento ou militares (6).

Na realidade, houve na América do Sul, na última fase do período colonial, vários espaços não conquistados, seja por seu particular contexto ecológico, seja por incapacidade de organizarem-se acampamentos militares permanentes. A existência desses espaços fora das fronteiras coloniais não nos induzem porém a incluir as zonas que, sem um controle dos estados colonizadores, ficaram integrados ao sistema mercantilista mundial, articulado a partir do século XVI.

Este sistema constituía o centro de articulação de diferentes modos de produção que, em escala mundial regulamentaram a circulação de mercadorias e a apropriação de excedentes. Houve regiões com menor intensidade de intercâmbio, mas nestes casos particulares, a função conectiva entre as economias hispanoandina e lusobrasileira é evidente, contrariando a tese da existência da existência de uma "terra de ninguém" entre o espaço político espanhol e o lusitano (7).

A rede de caminhos terrestre e vias fluviais habitadas ao tráfico, as linhas de fortificações e as próprias missões religiosas, correspondem a um modelo de povoamento com funções determinadas: produzir e veicular mercadorias locais ou importadas do mundo colonial ou das metrópoles, de modo a fortalecer os elos da cadeia do tráfico mercantil. Estes núcleos de povoamento não eram numerosos e possuíam pequena densidade populacional, mas deram acesso a zonas produtivas. Fator que permitia não só a sua auto-subsistência como também a formação de excedentes convertíveis em mercadorias. Neste sentido, a reformulação do povoamento, a adoção de novas táticas de redistribuição populacional e a incorporação de padrões organizativos doméstico-comunitários da produção destinada ao mercado colonial induziram a transformações que se tornaram possíveis com a integração dessas áreas periféricas ao sistema mercantilista global (8).

A reorientação da produção de mercadorias, tanto para o comércio lícito como para o contrabando, não produziu ali efeitos tão distorsivos como nas zonas mais povoadas e organizadas dos territórios submetidos. As diferenças culturais, sociais e tecnológicas entre as sociedades dessas regiões e as colonizadas explicariam o fenômeno. Levando-se em conta esta argumentação e as evidências empíricas que podem fundamentá-las chegaríamos à conclusão de que o sistema mercantilista organizou áreas de maior intensidade comercial e monetária e áreas de menor intensidade, mas igualmente comprometidas com a sobrevivência do sistema.

Dois Séculos de Conflitos

Na segunda metade do século XVI os espanhóis já estavam estabelecidos no Guairá, entre os rios Paraná, Paranapanema e Iguacu. A descoberta de metais preciosos, a necessidade de estabelecer uma ligação direta do Paraguai com o Atlântico e a de fazer frente aos portugueses, determinaram várias expedições hispânicas.

Foi assim que, por ordem de Irala, estabeleceu-se a povoação de Ontiveros "en el camino del Brasil", seguida de Ciudad Real. Esse avanço em direção ao Atlântico continuou com a fundação de Vila Rica del Espí-

no atual Rio Grande do Sul" (9).

Constituída em 1608 a Província Jesuítica do Paraguai (que abrangia Tucuman e o Rio da Prata), começaram a surgir, dois anos mais tarde, as famosas reduções que, em 1632, já somavam 18 povoados. Essas reduções jesuíticas, certamente apreciavam como presas tentadoras para os bandeirantes paulistas predadores de índios para escravos. De fato, em vez de tribos dispersas e aguerridas, os bandeirantes encontrariam índios cristianizados, pacíficos e reunidos em grandes povoados. Assim, durante o primeiro quartel do século 17 são inúmeras as expedições apresadoras incursio-

çaram a abandonar desordenadamente suas terras e a atravessar o Uruguai. "Os jesuítas espanhóis resolveram então transferir as aldeias para a mesopotâmia parano-uruguia o que ficou quase inteiramente realizado até fins de 1639" (11).

Mas nem assim ficaram sossegados, pois em 1641 foram de novo atacados. Dessa vez porém os padres tinham armado os índios com armas de fogo e os haviam organizado para se defenderem contra o ataque dos paulistas. Depois disso, os bandeirantes deixaram tranquilas por algum tempo as terras do sul e passaram a dirigir suas expedições para o Paraguai. Mas na segunda metade do século XVII voltaram a atacar objetivos meridionais, aproximando-se de Corrientes e Santa Fé.

Qual a explicação para a expansão do bandeirismo?

A primeira é de ordem econômica. Pois vivendo os paulistas de uma atividade de subsistência utilizaram-se da mão-de-obra indígena pelo fato de não terem poder aquisitivo para a compra do negro africano. Por outro lado, o desenvolvimento da atividade açucareira no nordeste e a guerra holandesa também estimularam o tráfico indígena. "A esse impulso do bandeirismo se juntou ainda outro: o desejo de encontrar pedras e metais preciosos, sob o incitamento constante dos governadores do Brasil e da própria Corte de Lisboa" (12).

Jaime Cortezão acredita que ao lado dos objetivos econômicos as bandeiras obedeceram também a objetivos geopolíticos, pois desde muito cedo os portugueses tiveram consciência da unidade geográfica, econômica e humana do Brasil: "Os elementos para a formação desse conceito receberam-nos dos índios que dispunham de uma cultura geográfica rudimentar, baseada num invulgar sentido topográfico, notável memória visual e a capacidade de percorrer rapidamente grandes distâncias e de as representar. A idéia da ligação entre as bacias amazônica e platina deve pertencer originariamente aos naturais da América do Sul" (13). Os portugueses apenas acrescentaram o conhecimento do litoral e da posição dos dois estuários à "representação restante, dando forma precisa e ideal significado político ao mito geográfico e social dos indígenas".

Tudo que hoje constitui a Argentina Ocidental e Setentrional, as províncias de Jujug, Tucuman, Salta, Catamarca, La Rioja, Cordoba, San Luis, San Juan e Mendoza, foi ocupado por colonos vindos do Peru e do Chile, que transpuseram os Andes e vieram se estabelecer em territórios geograficamente tributários do Rio da Prata. No Paraguai verificou-se mesmo um recuo. E, com consequência, o caminho terrestre do Paraguai ao litoral do Atlântico perdeu toda a sua importância (14).

Nestas condições a colonização portuguesa, partindo de São Vicente em direção ao sul, en-



Elder Rocha Lima

rito Santo. Já a fundação de Santiago de Xerez, no entanto, prenunciava a penetração espanhola no Sul de Mato Grosso.

Nessa obra de conquista do espaço territorial não se pode ignorar o papel da Igreja. No caso específico, "a ação dos missionários desenvolveu-se principalmente na direção de quatro regiões, a partir de Assunção. Ao Norte o Itatim, entre os rios Paraguai, Apa e Taguari, no atual Mato Grosso; a Leste o Guairá, correspondendo aproximadamente ao estado do Paraná; ao Sudeste toda a zona das margens do Paraná e do Uruguai (...) e ainda a chamada província do Tape, junto ao Jacuí,

nando sobre as reduções jesuíticas. Já tinham sido atacadas várias vezes quando a bandeira de Raposo Tavares (1629) arrasou por completo o Guairá, levando os índios escravizados (10). Depois desse desastre, os jesuítas espanhóis reuniram os índios que sobraram para estabelecer-se mais ao Sul, junto ao Rio Uruguai, no Itatim, onde ergueram quatro reduções. Sobre elas não tardaram a cair os paulistas, que as arrasaram, destruindo inclusive Santiago de Xerez.

Os jesuítas continuaram a fuga com seus índios, mas os paulistas continuavam a devastação. Causaram tanto medo entre os indígenas que estes come-

controu campo quase que inteiramente livre.

Enquanto porém a ocupação litorânea ocorria pacificamente, no interior ocorreram muitos choques. Depois da retirada dos espanhóis do Atlântico Sul, a ocupação portuguesa avançou, ocupando Laguna já no final do século 17. Daí para frente, até o Rio da Prata, não havia mais europeus. A inatividade dos espanhóis na defesa do seu patrimônio fez com que os portugueses, de um salto, levassem seus domínios até o Rio da Prata, fundando em 1680 a Colônia do Sacramento. A ação portuguesa precedeu à espanhola mas não teria sido resultado de uma maior visão política, como fez crer Jaime Cortesão, citado por Luís F. de Almeida. "É a consequência natural da expansão colonizadora de Portugal que impunha a defesa de territórios já ocupados e de outros próximos a ocupar" (15).

A colonização dos espanhóis se concentra então no Prata e baixo Paraná, com uma fraca infiltração pelo Rio Paraguai. Já a Colônia do Sacramento se localizou além dos limites que, por força da ocupação, cabiam ao domínio português, cunha de penetração nos domínios castelhanos. E, como era natural, os conflitos se iniciaram logo após a sua edificação e se prolongaram por quase dois séculos, terminando com a vitória castelhana.

O Grande Acordo e a Ocupação Amazônica

O esforço de ocupação do Brasil meridional é concentrado no decorrer da primeira metade do século 18, criando-se as bases para a fixação dos limites a que o Tratado de Madrid, de 1750, daria sanção legal. Nisto também os portugueses anteciparam-se aos espanhóis,

que somente na segunda metade do século despertam para a ocupação definitiva da Região. Nesta fase os conflitos se tornam mais intensos e se desenvolvem nas esferas política, diplomática e militar.

As dificuldades que os lusobrasileiros encontraram na ocupação do interior se devem ao fato de as vanguardas castelhanas estarem postadas ao longo dos rios Paraná e Uruguai. Mas a progressão destes não teria ultrapassado o rio Paraná sem o concurso das missões jesuíticas: "Com a expulsão dos jesuítas, o território das missões do Uruguai foi ocupado pelos castelhanos; somente a parte que fica à margem esquerda do rio se tornará definitivamente brasileira depois da guerra de 1801-3" (16).

Na expansão para o norte, os monarcas espanhóis atribuíram aos lusobrasileiros os direitos e obrigações da conquista e da ocupação. Durante essa penetração em direção a Oeste, definiram-se ainda mais as necessidades que condicionaram e explicaram a política adotada por Portugal e que lhe assegurou a posse territorial da Amazônia.

A penetração para o Norte, ao longo do litoral, visava fixar os limites da colônia e conter o imperialismo francês. Foi organizada pelo Estado e desenvolveu-se sob a sua orientação.

A ocupação de espaço no Oeste, ao contrário, visava satisfazer a objetivos econômicos de Belém e São Luís e decorrer da atuação das missões religiosas, ocupadas na tarefa de "amansamento" e de integra-

ção de milhares de índios à civilização cristã ocidental.

"A aventura de Pedro Teixeira, que subiu o Amazonas e atingiu Quito, no Vice-Reinado no Peru, pelas águas do Napo-Aguarico, (de lá baixando em direção a Belém em 1637-39), dera começo a essa irradiação", que resultou no estabelecimento, em 1639, da missão Franciscana que marcaria um foco de irradiação no interior da fronteira das duas monarquias ibéricas. Por outro lado, essa expedição impulsionou a penetração de sertanistas em busca de riquezas. Assim, a conquista do espaço será feita pela ação das tropas de resgate e pelas missões que foram se estabelecendo pelo interior adentro.

A edificação do Forte de Gurupá, ligada à empresa bélica contra holandeses e ingleses, serviu de apoio aos sertanistas e missionários que subiam e desciam o rio. Também serviu de proteção ao pequeno povoado de Gurupá, "onde se localizaram os religiosos da Companhia de Jesus e da Província da Piedade, os quais erigiram convento e hospital que acolheram sertanistas, missionários, gentio e funcionários civis e militares. Adiantando a penetração, sertanistas e missionários dirigiram-se ao Tapajós, ao Madeira, à bacia do Rio negro e Branco, e ao Solimões (17).

A partir de 1669, o Forte de São José do Rio negro, garantia os lusos que operam a expansão e em 1684 já se cogitava da edificação de um forte no Solimões.

Prosseguindo a irradiação da fronteira lusitana, aventureiros

e missionários alcançaram o Marañon, subindo e descendo o Napo. Assim, em 1707, dois capitães portugueses, à frente de "onze soldados e 200 índios aliados, atingiram a aldeia jesuítica espanhola de Santa Maria Maior de Jurimaguas, pondo em sobressalto os missionários espanhóis e seus catecúmenos. A partir de 1737, a presença de expedições portuguesas que subiam desde o litoral do Atlântico era constante. Em consequência, os aldeamentos dos jesuítas espanhóis foram sendo transferidos para os rios que levam águas ao Marañon. Ora combatendo os indígenas, ora catequizando-os, ora obtendo a sua colaboração, os sertanistas, os missionários, e as expedições militares lusobrasileiras percorreram as vias fluviais amazônicas, estabelecendo em suas margens feitorias, fortes e aldeamentos que marcaram a presença lusitana naquelas paragens.

No aproximar-se dos meados do século 18, a situação já era outra: as feitorias e os núcleos missionários multiplicavam-se. Havia comércio regular vigoroso entre Belém e a interlândia amazônica. Charles Marie de la Condamine (18) quando desceu de Quito (1743) em direção a Belém, encontrou o Solimões e o Amazonas com muitos estabelecimentos, que expressavam o volume do tráfico mercantil e a ocupação que os portugueses estavam realizando nas direções Oeste e Norte.

A expansão que os lusos realizaram na Amazônia, partindo do Atlântico, empurrando a fronteira em direção Oeste,

Norte e Sul, foi importante obra de ocupação do espaço geopolítico do Império português na América do Sul.

"A política que Lisboa traçou pelas cartas régias ou pelas advertências e indicações do Conselho Ultramarino, obedeceram às preocupações de manter-se na interlândia o domínio de Portugal, evitando-se providências drásticas que provocassem incidentes perturbadores da paz vigente entre portugueses e espanhóis", no vale do Amazonas (19).

O resultado mais próximo de tudo é que o enorme Vale, em sua maior extensão, a partir de meados do século 18 estava integrado ao Império Ultramarino português.

* Corcino Medeiros dos Santos é professor do Departamento de História da Universidade de Brasília, para onde pode ser enviada sua correspondência.

Notas

- 1 — Caio Prado Júnior — "Formação dos Limites Meridionais do Brasil", in *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1963. p.150.
- 2 — Idem op. cit. p. 152
- 3 — Idem op. cit. p. 152
- 4 — Idem op. cit. p. 156
- 5 — Idem op. cit. p. 157
- 6 — Daniel J. Santamaria — "Fronteras Indígenas del Oriente boliviano. La Dominación Colonial em Moxos Y Chiquito" en *Boletim americanista*, Ano XXVIII, nº 36. Barcelona, 1987. p. 197
- 7 — Idem op. cit. p. 198
- 8 — Idem op. cit. p. 199
- 9 — Luís F. de Almeida — *A Diplomacia Portuguesa e os Limites do Brasil Meridional*. Coimbra, 1957. p. 56.
- 10 — Idem op. cit. p.58
- 11 — Idem op. cit. p.59
- 12 — Idem op. cit. p.62
- 13 — Idem op. cit. p.62
- 14 — Caio Prado Júnior — op. cit. p. 158
- 15 — Idem op. cit. p. 161.
- 16 — Idem op. cit. p. 163
- 17 — Arthur Cesar Ferreira Reis: *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1498. p. 12.
- 18 — Idem op. cit. p. 13
- 19 — C.M. de La Condamine — *Relation Abregée d'une Voyage des l'Interieur de l'Amérique Meridionale*. Citado por Arthur C. Ferreira Reis.

A arte pobre

de Graciliano Ramos

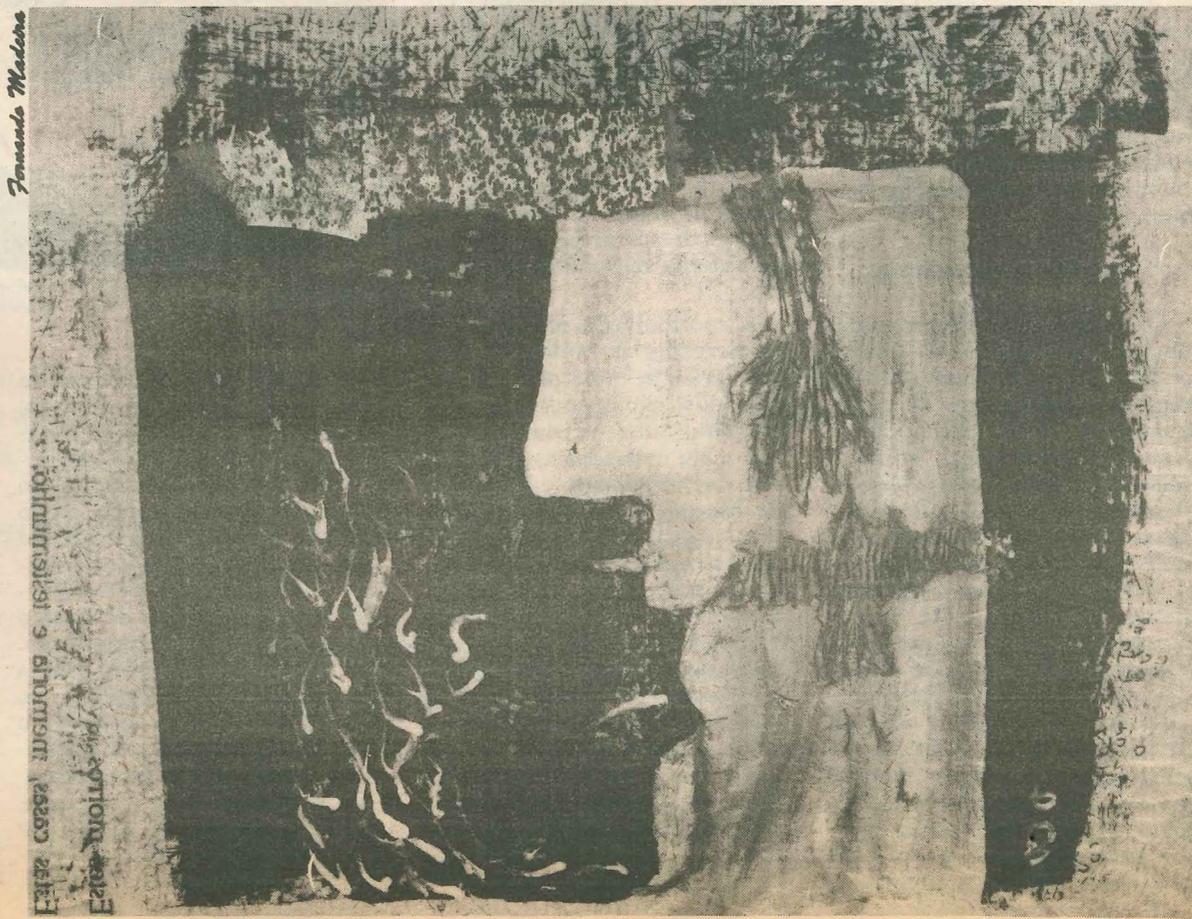
Cassiano Nunes revisita aqui o centenário Graciliano Ramos, extraindo dois ou três segredos do genial reducionista alagoano.

Cassiano Nunes

Universidade de Brasília

Nesta época, em que se lê pouco, vejo ainda às vezes a apologia da leitura mas não posso dizer que aconteça o mesmo com referência à releitura. E, contudo, é preciso reler, reler bastante, não só para recuperar o perdido no esmorecimento da memória, no desgaste das lembranças, mas também para uma reinterpretação das obras e uma redescoberta

das suas belezas, do seu valor, e, especialmente, do seu sentido. Pode, agora, felizmente, fazer uma experiência de releitura, que achei não só bastante compensadora em virtude do reexame do texto, como também muito esclarecedora quanto à utilidade específica da releitura. Cheguei à conclusão de que a mera leitura de uma obra não nos dá o conhecimento de



todos os seus aspectos.

Reli recentemente — e anotando — boa parte da obra de Graciliano Ramos: os romances SÃO BERNARDO, ANGÚSTIA e VIDAS SECAS, e, além desses livros de ficção, os quatro volumes das MEMÓRIAS DO CÁRCERE. A primeira impressão, resultante dessa releitura das obras citadas, constituiu a confirmação do que já observara, ao ler, pela primeira vez, a produção do escritor nordestino: a extraordinária unidade e singularidade de tudo o que escreveu. Evidenciou-se, para mim, a impossibilidade de dar-lhe uma classificação definida na história da nossa literatura, isto é, de filiá-lo a um grupo qualquer de escritores. Cronológica e geograficamente pertence ao chamado grupo do “romance do Nordeste”: como o paraibano José Américo de Almeida e José Lins do Rego, como o sergipano Amando Fontes (sergipano, não obstante o seu nascimento em Santos), como a cearense Rachel de Queiroz e como o alagoano Jorge de Lima, seu conterrâneo, que logo deixaria o terrunho regional para outras aventuras do espírito.

A obra compacta e concentrada de Graciliano, vista em profundidade, tem pouco a ver com a de seus companheiros nordestinos, não obstante se dedicarem aos mesmos temas e problemas. VIDAS SECAS trata tanto da seca como o QUINZE de Rachel de Queiroz. E subjaz em ANGÚSTIA o mesmo acento trágico da decadência da grande propriedade nordestina, que é objetivamente descrita no CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR e em FOGO MORTO, de José Lins do Rego. Creio que as coincidências param aí. A arte de Graciliano Ramos é outra arte. Sua visão também é outra. E sua técnica literária diverge da de seus conterrâneos que foram, às vezes, até seus amigos de peito. Graciliano difere dos outros romancistas “do Norte” não só por ser mais fechado e introvertido mas também — está é uma opinião muito pessoal — por ter uma escala de valores mais exigente. Seu realismo é pouco descritivo. Nele, a paisagem aparece diluída como em Machado de Assis, escritor que deve ter marcado o seu espírito, embora esta influência se exteriorize pouco. O realismo de Graciliano Ramos é de categoria psicológica, revelando-se, portanto, ainda na linha machadiana. Mas é muito mais minudente e menos artístico ou seletivo que Machado. Graciliano insiste na apresentação constante dos fatos da mente; persiste nessa tarefa até à exaustão. Parece então desinteressado do trabalho de escolha, de opção, própria dos artistas. Dá-me a

impressão de ser mais inclinado ao relato obstinado de laboratório, do psicólogo, do cientista. Cientista devotado ou até mesmo fanático. Sua arte faz poucas concessões ao ideal de Beleza da arte tradicional. Desdenha ou deprecia os elementos ornamentais (é a palavra que me ocorre), atrativos, encantatórios da Arte. Prefere a renúncia monástica, a ausência de objetos de gosto nos templos puritanos. Optou pelo que decidi chamar uma arte pobre, que se caracteriza pelo abandono dos recursos artísticos que possibilitam a realização das obras de arte, com rico esplendor. Pergunto-me se a origem sertaneja, o ambiente rude e despojado do sertão, não concorreram para a gestação desse conceito de arte. Naturalmente, é o que deve ter acontecido. Os outros autores, que citei, de modo especial, Rachel de Queiroz, mostram também o predomínio do parco, do frugal. De fato, a “literatura do Norte” ou do nordeste, sóbria e às vezes até rude, teve de enfrentar tradições artísticas aristocráticas e cosmopolistas, que se achavam há muito entre nós consagradas. Tardiamente, é verdade, o superfino Oswald de Andrade ainda desancava possíveis bruteszas nordestinas, amaldiçoava os “búfalos do nordeste”. A autenticidade impunha-se à alienação. O sertão, pelo menos temporariamente, afrontava a superficialidade da civilização brasileira, costeira, semicolonial, repetindo, de certo modo, a incrível façanha de Euclides da Cunha, que, para impor a sua verdade, teve de usar uma linguagem quase preciosa.

Tendo sugerido a singularidade de Graciliano, cabe-me apontar os aspectos em que se revela essa unicidade.

Pondo de lado o seu primeiro romance CAETÉS que ele, com a sua natural rusticidade, mas, com alguma injustiça, chamou “uma droga”, (e que de fato é o único dos seus livros que faz pensar em experiência de aprendizagem), Graciliano nos oferece uma obra que dá, claramente, uma idéia de inteireza, de globalidade, de totalidade. Naturalmente, SÃO BERNARDO tem mais ação exterior que os livros que se lhe seguem, mas as qualidades intrínsecas do artista estão presentes no conjunto dos livros que escreveu. A mesma linguagem áspera, a mesma beleza tosca, encontramos em todos os seus trabalhos. Os mesmos processos estilísticos são visíveis na ficção e até nas memórias do literato de Palmeira dos Índios, relatos de uma imaginação impregnada pela realidade, sempre presente do chão da realidade. A procura de uma relação exata e imediata das atividades da mente com a

linguagem impõe-se como uma das preocupações fundamentais do ficcionista. Este não quer se distinguir do homem, do cidadão sertanejo, que, por uma extravagância do destino, escreve romances e, mais que isto, é um grande escritor.

Evidencia-se, nos romances de Graciliano Ramos, a idéia de que a melhor prova da pobreza de seus personagens é a pobreza da sua linguagem. Seus personagens não só falam pouco, mas evitam mesmo falar, reconhecendo a sua incapacidade de expressão verbal. O sertanejo silencioso ou tartamudo que culmina no Fabiano de VIDAS SECAS, criação magistral, já se achava esboçado, embrionário, no Casimiro Lopes, de SÃO BERNARDO, que tem um vocabulário mesquinho, gagueja e “para manifestar uma opinião de deslumbramento, aboiava”. Diz ainda o narrador: “No sertão

passava horas calado e, quando estava satisfeito, aboiava. Quanto a palavras, meia dúzia delas. “Possivelmente, Graciliano Ramos, escritor maduro, acabou encontrando uma missão para a sua carreira de escritor: ser o porta-voz das multidões silenciosas, que conhecia bem.

A primeira observação que podemos fazer a respeito da arte literária do literato nordestino, é que ele procura realizar, nela, uma estilização da linguagem coloquial, fato que não tem grande novidade, pois já no século passado escritores importantes objetivaram realizar essa aspiração. Acredito que o velho Camilo, o Balzac português, já procurava criar uma prosa conversacional. Os modernistas, em busca dessa conquista, exageraram até atingir o ridículo. Mas, na crônica tipicamente brasileira, Alvaro Moreyra e

Rubem Braga alcançam uma prosa falada, que, em Rubem, então, toca a genialidade. Não é a hora de se fazer uma análise estilística mas não posso deixar de registrar, na prosa natural de Graciliano, as frases curtas, as frases nominais, os vocábulos e locuções regionais, os hiatos, os anacolutos, constantes enumerações — e heterogêneas — as interjeições, as palavras rascantes, os palavrões, enfim uma renúncia às sentenças bem construídas de acordo com a tradição, uma aversão ao luxo verbal, à grandiloquência... Essa linguagem esquemática e que às vezes parece até fragmentária, é enganadora, porque, embora parecendo descuidada, constitui toda ela uma tecelagem conscienciosa. Essa intensa busca da concisão, das sentenças magras, tem, a meu ver, uma intenção: a defesa de uma ética da criação literária. Curi-

Francisco Madureira



osamente, o nosso autor, esquerdistas Ezra Pound e T. S. Eliot, que, na Inglaterra e nos Estados Unidos, defenderam uma ética da linguagem, repudiando assim o empolado da época vitoriana como uma forma de aliciamento enganador e imoral. No Brasil, já os modernistas se mostraram adversos à oratória pomposa de Rui Barbosa e à prosa cheia de delírios verbais de Coelho Neto, muito mais uma deterioração do Art Nouveau que parnasiana.

Não é difícil perceber, na obra de Graciliano, a denúncia da linguagem como uma forma de domínio de classe. O sertanejo, nos seus romances, está sempre mostrando o reconhecimento de sua inferioridade, em virtude de não saber falar, expressar-se com clareza. O falar “bonito” dos bacharéis convida Graciliano à sátira. Insisto neste ponto: o camponês teme o confronto e até mesmo o convívio com o homem urbano ou letrado. Sabe que a sua deficiência na fala impõe a sua submissão. Submissão absoluta diante do poder governamental e que permanece no presente, como pude verificar ao fazer a leitura das cartas comoventes e mal rabiscadas que o povo envia ao Presidente Collor. Essa consciência ingênua do povo brasileiro — encontrei essa denominação no filósofo Álvaro Vieira Pinto — é analisada por mim no ensaio “Cartas do Povo ao Presidente Collor”, trabalho que espera editor. Nessas regiões abandonadas, esquecidas, do interior brasileiro, os seres humanos — eleitores dos “currais eleitorais” que garantem o triunfo da maioria dos nossos senadores e deputados — aceitam passivamente a miséria, temem o progresso e repelem com horror a esquerda diabólica... A impotência do pensamento, a incapacidade de raciocinar, aproximam, nessas terras, os homens dos animais, pois não criam o novo, repetem infinitamente o ditames da natureza. Graciliano nos expõe com naturalidade, nos seus romances, essa interação do homem e dos animais, com um interesse deliciado de etologista. Etologista que se salientou especialmente contando a história dolorosa da cachorra Baleia. Desta maneira, em VIDAS SECAS, quando o menino mais velho não foi capaz de conseguir da mãe uma explicação desejada, ele “explicou isto à cachorrinha com abundância de gritos e gestos”. Por sua vez, Baleia “que” detestava expansões violentas: estirou as pernas, fechou os olhos e bocejou.” Diz mais além o narrador sobre as rações da cachorrinha: “Efetivamente a exaltação do amigo era desarrazoada. Tornou a estirar as per-

nas bocejou de novo. Seria bom dormir.”

O rebaixamento do ser humano em virtude da linguagem deficiente preocupa o escritor que assim se refere à conversa de Fabiano e sua mulher: “não era propriamente conversa; eram frases soltas, espaçadas, com repetições e incongruências. Às vezes uma interjeição gutural dava energia ao discurso ambíguo. Na verdade, nenhum deles prestavam atenção às palavras do outro: iam exibindo as imagens que lhe vinha ao espírito, e as imagens sucediam-se, deformavam-se, não havia meio de dominá-las. Como os recursos de expressão eram mingua-dos, tentavam remediar a deficiência falando alto.”

Em ANGÚSTIA, Luis Pereira da Silva, homem comum, integrado na vida obscura da baixa classe média de província, demonstra repugnância pela linguagem às vezes artificial dessa classe inautêntica: Inconformado com a etiqueta do noivado, explode: “Que necessidade tinha Luís Pereira da Silva daquela verbiagem? Depois, os cartões de comunicação, grandes, com letras douradas, aos colegas de repartição, aos conhecidos, às amigas de Marina, ao padrinho oficial do exército. “Rejeita também Luís uma carta convencional ao futuro sogro: “Necessário entender-me com seu Ramalho, pedir o consentimento dele, dizer besteiras. Ia escrever-lhe uma carta com laços sagrados, felicidade conjugal, himeneu. Infâmia. Só a idéia de escrever isto me dava náuseas.”

A Luís, pequeno funcionário público e jornalista obscuro, modesto e inimigo do que não era habitual à sua existência terra-a-terra, o que principalmente causava náuseas e raiva era a “linguagem arrevesada” com “muitos adjetivos, pensamento nenhum” do falso moralista e patriota carreirista Julião Tavares. Essa linguagem arrebicada e com o fervor suspeito da oratória burguesa feria-o como escandalosamente imoral. Julião, “literato e bacharel”, “reacionário e católico”, que nos seus discursos ferventes, proferidos no Instituto Histórico, louvava as praias e outras prendas alagoanas, penetra importuno e inexplicável como certas calamidades, na casa e na vida discreta do acanhado Luís, amolando-o com sua amabilidade desgostante. Este sofre a adulação palavrosa e impertinente do vistoso cidadão. Confessa, amuado, o pobre homem ao ouvir as tolices estentóreas do inimigo íntimo: “Diante dele eu me sentia estúpido. Sorria, esfregava as mãos com esta covardia que a vida áspera me deu e não encontrava uma palavra para dizer. A minha lin-

guagem é baixa, acanhada. Às vezes sapeco palavrões obscuros. Não os adoto escrevendo por falta de hábito e porque os jornais não os publicariam, mas é a minha maneira ordinária de falar quando não estou na presença dos chefes”.

Os lugares comuns, os clichês louvaminheiros do bem-educado Julião, “nobre espírito”, “artista privilegiado”, “grande espírito” etc., enchem de ódio Luís, que reconhece que não é nenhuma vestal mas também não chega à abjeção de achar alguns poetas enormes em Maceió! Vinga-se, alvejando-o de longe com retumbantes palavrões.

Essa dificuldade em aceitar a linguagem mesureira da sociedade, essa ânsia incomum do natural, tem algo a ver, em Graciliano, com a sua visão redutora do homem, assinalada pela sua tendência para detectar nas atitudes do homem uma certa parecença com o comportamento animal. Acentua essa inclinação o caráter visual da arte de Graciliano, existente, não obstante o seu subjetivismo. Se bem me lembro, há artistas plásticos que se dedicam a sugerir a semelhança entre o homem e os animais.

Já em SÃO BERNARDO, o ficcionista relaciona os seres humanos com animais: “Bichos. As criaturas que me serviram durante anos eram bichos. Havia bichos domésticos como o Padilha, bichos do mato como Casimiro Lopes, e muitos bichos para os serviços do campo, bois mansos. Os currais que escoram uns aos outros lá em baixo tinham lâmpadas elétricas. E os bezerrinhos mais taludos soletravam a cartilha e aprendiam de cor os mandamentos da lei de Deus.

Bichos. Alguns mudaram de espécie e estão no exército, voltando à esquerda, voltando à direita, fazendo sentinela. Outros buscaram pastos diferentes”.

Em ANGÚSTIA, o protagonista-narrador compara três mulheres, trabalhando no campo, a formigas: “Da janela de seu Antônio Justino, via-se um jardim bem tratado, onde três mulheres velhas que pareciam formigas cavavam, podavam e regavam”. Um pouco adiante, no livro, os Tavares “negociantes de secos e molhados, donos de prédios, membros da Associação Comercial” são comparados a ratos. E “Julião, literato e bacharel, filho de um deles tinha os dentes miúdos, afiados, e devia ser um rato como o pai”.

Marina, no mesmo romance, é vista por Luís “com músculos da cara repuxados, fechando os olhos, agitando a cabeça como uma lagartixa”.

A subumanidade de Fabiano em VIDAS SECAS, em virtude da pobreza extrema e do despo-

jamento que caracterizam a sua vida, é lembrada, de maneira intensa, neste trecho: “Vivia longe dos homens, só se dava bem com os animais. Os seus pés duros quebravam espinhos e não sentiam a quentura da terra. Montado confundia-se com o cavalo, grudava-se a ele. E falava uma linguagem cantada, monossilábica e gutural, que o companheiro entendia. A pé, não se aguentava bem. Pendia para um lado, para o outro lado, cambaio, torto e feio”.

Nas dolorosas e revoltantes MEMÓRIAS DO CÁRCERE, que mostram bem a inconsciência das ditaduras que têm infelicidado o Brasil, vê-se, lenta, analiticamente, com detalhes, com minúcias, num quotidiano em que o tempo parece ter parado — os relógios e calendários perderam a sua significação —, o processo de rebaixamento do homem à condição de selvageria ou animalidade. Assevera o ex-prisioneiro Graciliano: “A educação desaparecera completamente, sumiam-se os últimos resquícios de compostura, e os infelizes procediam como selvagens. Na verdade, éramos selvagens”.

Graciliano Ramos parece prolongar a sua opção por uma “arte pobre” na adoção suplementar de uma “estética do feio”, que já conta com longa história. O romantismo fez do aproveitamento artístico do feio uma bandeira. O realismo e o naturalismo aprofundaram esse veio e chegaram, sobretudo o último, a aceitar o sórdido. Recordo, nesse gênero, uma leitura de adolescência: NANÁ, de Zola. A poesia do modernismo brasileiro, sobretudo por meio de Manuel Bandeira, revelou as possibilidades poéticas de aspectos esteticamente condenados. “O que eu vejo é o beco”, declara o poeta num memorável poema.

Na ficção brasileira contemporânea, lembro três autores que representam bem essa paradoxal estética do feio: Dalton Trevisan, João Antônio e Herman Reipert. Dalton Trevisan mostra-se virtuoso na descrição do brega curitibano. Não temo em afirmar que é um artista que possui uma força universal. Seu parentesco espiritual com Nelson Rodrigues não passou despercebido a Ademar Guerra que pôs no palco triunfalmente OS MISTÉRIOS DE CURITIBA. João Antonio, na sua novela imortal MALAGUETA, PERUS E BACANAÇO fixou, para sempre, o ambiente baço, fuliginoso, da sinuca paulistana. E Reipert, de quem fui o animador em inesquecíveis manhãs na praia de São Vicente, lembra Graciliano, conforme declara o seu crítico Everardo Tibiriça.

Em ANGÚSTIA, essa espécie de arte contraditória primeiro

descreve a decadência da propriedade rural nordestina: “Dez ou doze vezes, arrepiadas no carrapato e na varejeira, envergavam o espinhaço e comiam mandacaru que Amaro cortava nos cestos. O cupim devorava os mourões do curral e as linhas da casa. No chiqueiro, alguns bichos bodejavam. Um carro de bois apodrecia debaixo das catingueiras sem folhas”.

No entanto não é na sua ficção, mas, sim, nas suas lembranças da prisão que Graciliano encontra as melhores oportunidades para extrair a fruição estética na descrição do sujo e do desagradável, decerto porque “truth is stranger than fiction”: “Subi, entrei num quarto imundo. Paredes nojentas, papéis sujos a amontoar-se, a espalhar-se no chão, ausência de água, o ambiente mais sórdido que se possa imaginar. Difícil tratar desse ignóbil assunto, nunca em livros se descerram certas portas. Arrisquei-me a abrir aquela porta por me haver surgido o acidente quando menos se esperava, um jacto de sangue. Num minuto estancou; mas o líquido viscoso, os coágulos, provocaram-me a necessidade urgente de banhar-me. Infelizmente era até impossível desejar isso. O meu pijama aderiria ao corpo, fazia-me cócegas repugnantes; andavam-me pruridos na pele, davam-me a sensação de ser agredido por multidões de pulgas”.

A descrição do abjeto prossegue mais adiante: “Exposição humilhante era a sórdida latrina, completamente visível. Sobre o vaso imundo havia uma torneira; recorreríamos a ela para lavar as mãos e o rosto, escovar os dentes. As dejeções seriam feitas em público. A ausência de porta, de simples cortina, só se explicava por um intuito claro da ordem: vilipendiar os hóspedes”.

Em certos passos de sua obra, Graciliano faz ainda pensar nesta obra artística feita do lixo e da sucata, que hoje procura os museus. Tudo o que mostra é decrepito, gasto, decadente, empoeirado. Aparentemente defronta-se uma confusão de trastes, quinquilharias, burundangas, entulho. O próprio autor, com malícia de artista, propicia-nos esta ilusão. Sugere que está perturbado, obscuro. E através do personagem central de ANGÚSTIA chega a se manifestar com a mente oscilante: “Lembro-me de um fato, de outro fato anterior ou posterior ao primeiro, mas os dois vêm juntos. E os tipos que evoco não têm relevo. Tudo empastado e confuso”. É claro que aí se trata de ficção e não de confissão, mas Graciliano, que comparando-se a José Lins do Rego, se considerava com pouca imaginação, está de fato sempre mui-

to perto de seus personagens. Verificamos este ponto ao lermos as suas memórias. Nesses livros, vemos como as reações psicológicas do homem Graciliano se aproximam bastante das expressões mostradas em suas personagens. Podemos garantir que, nas MEMÓRIAS DO CÁRCERE, criou um personagem de relevo que é o próprio Graciliano Ramos. Usando heterônimos, máscaras diversas, já o pressentíamos.

Mas o que além da unidade dá também grandeza à obra integral de Graciliano Ramos? Evidentemente, não obstante os processos pouco habituais, a aparência inóspita e a autodepreciação, o autor que estudamos se impôs, fácil, ao meio literário brasileiro e foi bem acolhido até no estrangeiro. É verdade que a descoberta do Brasil pelos modernistas ajudou o artista profundamente sertanejo, mas ele não era modernista e até pelo contrário se mostrou adverso aos cacoetes aristocráticos modernistas. Sem dúvida, a onda triunfante da "literatura do Norte" facilitou o seu êxito mas o autor de ANGÚSTIA tem pouco a ver com Jorge Amado e com José Lins do Rego. Aproxima-se mais da contenção de Rachel mas nisto pára a semelhança. Vou dizer algo que talvez pareça heterodoxo a meus patrícios. Graciliano faz-me pensar mais em Joyce do que nos seus colegas conterrâneos. Sua arte é mais de introversão, de filmagem do tumulto interior. Sua maneira de escrever aparenta-se mais com o "stream of-consciousness" de Joyce de Faulkner, de Virginia Wolf, focaliza explosões do subconsciente que fazem pensar em influências longínquas e vagas do surrealismo. É verdade que por sua formação clássica, antiteticamente, opõe-se ao fluxo descoordenado dos surrealistas. Mas James Joyce também é um clássico nítido no RETRATO DO ARTISTA QUANDO JOVEM.

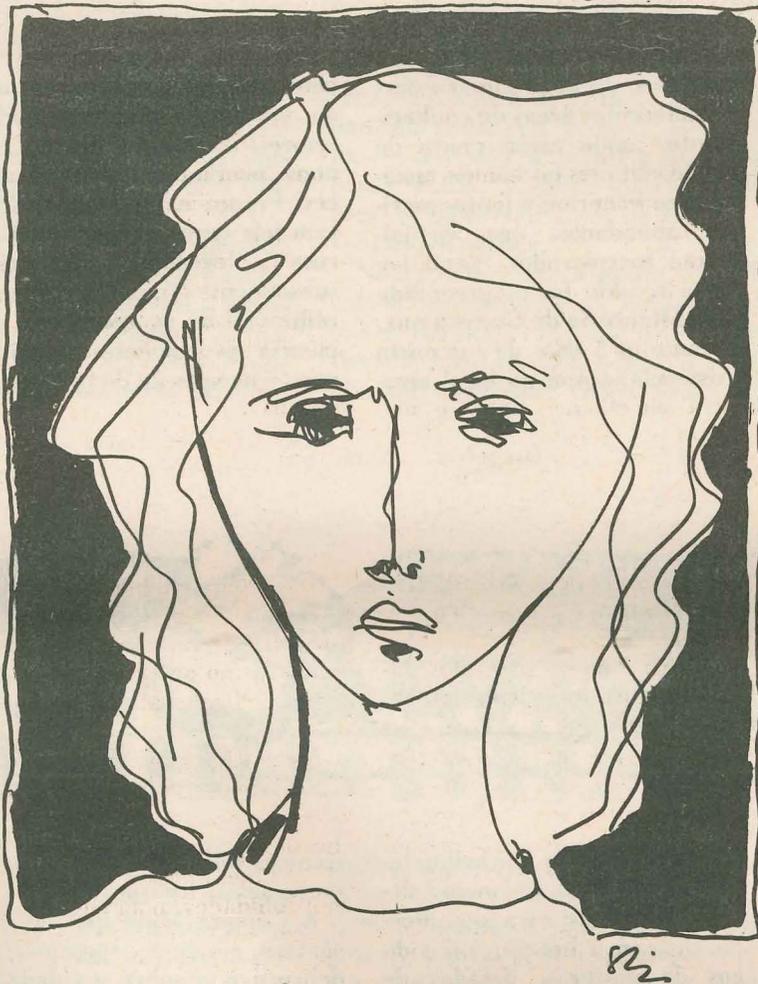
Enfim, chego ao ponto a que me propus. O que explica a forma especial, idiossincrática de Graciliano — seu reducionismo, sua "pobreza — e a glória aparentemente imprevisível conquistada pela sua obra? Encontrei a resposta no admirável artigo que dedicou a essa obra o homem estrangeiro e universal, que se naturalizou brasileiro, tendo escolhido o Brasil, país saboroso e doloroso, para sua pátria: Otto Maria Carpeaux. Ele, com sua experiência extraordinária, com sua sabedoria ecumênica, nos oferece a chave para a explicação do caso Graciliano Ramos: o estilo, ou melhor, o que para ele significa estilo, o que ele define como estilo e que é: "Escolha de palavras, escolha de construções,

escolha de ritmos dos fatos, escolha dos próprios fatos para conseguir uma composição perfeita, perfeitamente pessoal, na circunstância "a maneira de Graciliano Ramos". Assevera ainda o crítico austríaco: "Estilo é a escolha entre o que deve parecer e o que deve sobreviver". Prossegue Carpeaux: (Graciliano) é muito meticuloso: quer eliminar tudo o que não é essencial; as descrições pitorescas, o lugar comum das frases feitas, a eloquência tendenciosa". Depois de tudo eliminado o que fica? Segundo o mestre e autor da HISTÓRIA DA LITERATURA OCIDENTAL: "O

pretensas reformas econômicas sociais. "O mundo decadente de Graciliano baseia-se no esgotamento do antigo regime de propriedade, na erosão da sociedade patriarcal. A situação crucial deparada por Graciliano continua. O Brasil continua sendo um país arcaico que se propõe a aceitar a modernidade, mas sem estabelecer antes a ordem da justiça".

Graciliano Ramos, sertanejo típico não obstante a boas leituras, comerciante interiorano, chefe de família normal, mais do que pelas agitações do seu tempo, foi marcado por uma fatalidade: o seu gênio literário,

Elder Rocha Lima



que resta é apenas o essencial, isto é, conforme o conceito de Benedetto Croce, "o lírico". "É algo imponderável mas profundamente presente. Penetrante, Carpeaux explicita o lirismo de Graciliano, que acha "musical, adinâmico, estático, sóbrio, classicista, traindo, às vezes, um oculto passado parnasiano do escritor". Além disso, Carpeaux salienta a ligação do autor nordestino com Gontcharov, lembrando a semelhança entre o velho Brasil latifundiário e escravocrata com a Rússia czarista baseada na servidão. Essa comparação já fora feita por ensaístas brasileiros — como Vicente Licínio Cardoso e Gilberto Freyre. Diz Carpeaux que os livros de Gontcharov parecem idílios de arte pura mas, na verdade, constituem acusações terríveis contra o regime, o Estado Russo, que quis movimentar esse mundo imóvel por

que naturalmente o fez ver o Brasil social e político de fato como ele é, e não conforme conta a historiografia tradicional e ufanista.

Essa vocação perturbadora o tirou do seu ramerrão, e, no fundo, é o que deve ter levado ao cárcere, às tertúlias e edições desse grande brasileiro, que foi José Olympio, em suma à glória, essa glória amarga, entremeada de depreciação e suspeita, que é afinal a glória do escritor no Brasil. Ele aceitou naturalmente esse destino, esse estigma, é provável que com alguma relutância. Contudo, aceitar a condição de escritor, no Brasil, é assumir uma tradição, que nos escritores, já podemos qualificar de honrosa. A releitura recente de SÃO BERNARDO — é preciso reler! — fez-me notar o que provavelmente não notei à primeira leitura: a sua seme-

lhança no enredo e em certas situações com o famoso controvertido DOM CASMURRO, de Machado de Assis. Nos dois romances, o tema fundamental consiste no fim de um casamento, em virtude dos ciúmes do marido. Em SÃO BERNARDO, avulta ainda o problema da diferença insanável das duas mentalidades que compõem o casal. A ambição desmedida de Paulo Honório é afrontada pela generosidade de Madalena. Não é o sexo, o abismo misterioso que separa o par: ele é cindido pelas idéias, por duas concepções de vida que não se harmonizam.

Sou levado a pensar se essa incompatibilidade conjugal não constitui uma poética metáfora, representando a cisão dramática na própria personalidade do romancista. Aceitando as teorias de Jung, que dizem a psiquê humana ser composta por dois elementos, Animus e Anima, representando o primeiro o princípio masculino e o segundo o elemento feminino, pode-se imaginar que o rude Paulo Honório e a meiga Madalena são corporificações de traços físicos da personalidade de Graciliano.

Estudando Monteiro Lobato, que, em certos aspectos, faz pensar em Graciliano, observei que há nele, inconsciente, um desejo de repudiar a literatura, como se essa vocação maravilhosa fosse uma forma de perversão sexual. Antonio Candido, perspicaz, percebeu essa tendência da nossa sociedade machista para achar o trabalho literário uma espécie de "tricô para homens". O comerciante de Palmeira dos Índios, naturalmente muito cioso de defender a sua honra, distintivo da sua masculinidade, não resistiria à tentação da literatura, como atividade desvirilizante? O uso imoderado do tabaco e da aguardente por Graciliano não buscaria sopitar no escritor o complexo de culpabilidade? E as suas idéias revolucionárias, isto é, de oposição às regras defendidas pela Sociedade Respeitável e até pela Igreja — idéias implícitas na "pecadora" Madalena de São Bernardo (note-se o simbolismo do seu nome) — não daria, no fundo, a Graciliano, a desconfiança de uma anormalidade? Quem não apóia o Sistema de Poder é naturalmente suspeito...

Enfim, Graciliano poderia ter passado toda a sua vida, na obscuridade, silenciando o seu conflito interior, se uma das rajadas de loucura da Nação não tivesse arrebatado a porta de entrada da sua casa tranquila... Quis o destino que o herói literário também aparecesse como vítima — mais uma maneira de representar os seus patrícios indefesos. MEMÓRIAS DO

CÁRCERE deviam ser lidas nas escolas para que mesmo o nosso povo simples aprenda a desconfiar das mensagens do salvacionismo. Enfim, no fim de sua existência, o velho Guaxu, poderia dizer o que disse Miguel Torga recentemente: "Por essa liberdade identificada lutei e paguei a minha conta."

Depois de já ter rabiscado estes apontamentos sobre a obra de Graciliano Ramos, caracterizando-a como uma "arte pobre" veio-me à memória uma trova popular portuguesa — popular ou do poeta Antonio Correia de Oliveira? — que revela o lirismo e a sabedoria do Portugal de meus pais:

"Pobre era a Senhora.
Deus fê-la Rainha.
A grande riqueza
é ser pobrezinha."

Essa idéia mística com referência às possibilidades transcendentais da pobreza material aplica-se bem à vida exemplar e também à arte exemplar de Graciliano Ramos, que procurei explicar, inclinando-me um tanto para o lado do paradoxo. Mas os que são dialéticos e não maniqueístas estão seguros de que os paradoxos podem ser grandes verdades.

A obra de Graciliano, ao lado das obras de Machado de Assis, de Euclides da Cunha, de Lima Barreto, de Cruz e Souza, de Guimarães Rosa e outros escritores, confirma, na sua grandeza artística e moral, o que proclamou Nicolau Sevechenko e que é o seguinte: "A melhor literatura brasileira é caracterizada por um senso de missão". Pode-se notar nos intelectuais brasileiros o que o admirável Torga percebeu nos escritores portugueses anti-salasaristas: "Há uma comunicação dos homens do espírito tão misteriosa e sagrada como a dos santos".

É claro que não têm os escritores o monopólio do patriotismo que, na verdade, nenhuma classe tem. Mas lendo e estudando Graciliano Ramos aprendemos que ele assumiu um patrimônio comum e não traiu a causa sagrada. Registrou a história contemporânea do Brasil e também fez história. Aceitou o encargo — pesado e delicioso — de ser escritor no Brasil, conhecedor das grandes deficiências e altas possibilidades da Nação... compreendeu as contradições da realidade, pensando porventura o que Mário de Andrade concentrou num verso carregado de sentido: "Nós somos na Terra o grande milagre do amor!"

Cassiano Nunes é escritor e ensaísta, professor da Universidade de Brasília. Endereço para correspondência: HIGS 711 - Bloco E, casa 27 - 70.361050 - Brasília/DF.

Alcântara — Utopia Urbana?

No litoral que se recorta entre as baías de Marajó e São Marcos, uma profusão de ilhas, canais e coroa alterna-se com embocaduras atulhadas de aluviões, provenientes dos rios que formam a Mesopotâmia Maranhense. A noroeste, vagas impelidas pelo vento e por correntes de maré montante arrastam areias em direção ao continente. Na península que se estende em frente à ilha de São Luiz e até a Foz do Pericumã, o litoral avança em formações elevadas que se interrompem em enseadas, nas quais se rarefazem os depósitos arenosos interrompidos pelo fluxo e refluxo das marés.

Situada à entrada ocidental da baía de São Marcos, próxima à linha do Equador, Alcântara é uma cidade-museu que diríamos conservada in vitro. Remontando ao Século XVII, conservou-se à margem das mudanças que afetaram nas últi-

A cidade de Alcântara no Maranhão exerce poderoso fascínio, pelo contraste de seus antigos sinais de requinte em meio às ruínas da decadência. Neste artigo, a ilustre autora analisa códigos urbanos do século passado que, se não salvaram Alcântara, talvez tenham contribuído para sua notabilidade.

LENA CASTELLO BRANCO FERREIRA DE FREITAS

truída, é produto e vetor de forças sociais, econômicas e culturais. O resultado material dessa interação expressa-se na estrutura física, na fisionomia urbanística e arquitetônica que lhe é peculiar, individual. Peculiaridade e individualidade decorrem de condicionamentos historicamente determinados, segundo a trama de idéias e vontades

próximas, deverão somar esforços diferentes áreas de conhecimento, tendo como ponto de partida a aproximação de testemunhos materiais e fontes escritas, abundantes mas virtualmente inexplorados. Tentativa nesse sentido foi empreendida pelo Ministério da Cultura que, durante os 5 anos de sua curta existência, atuou no local atra-

controle público sobre a iniciativa privada, em determinados setores da vida urbana. Em anos imediatamente posteriores, França e Inglaterra editaram leis sanitárias que nortearam a legislação urbanística subsequente (7), paralelamente, utilizavam-se as conquistas da ciência no combate às epidemias e na solução de problemas

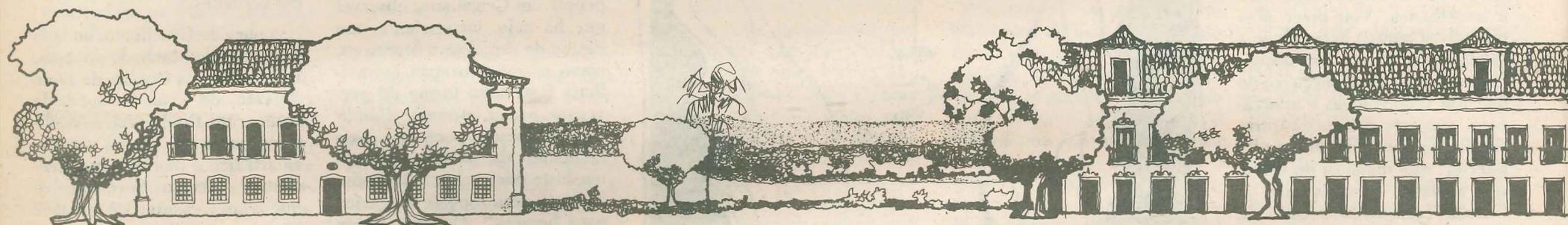
gas aldeias tupinambá. Cabeça da capitania de Cumã (9), uma das capitanias subsidiárias em que se dividira o Estado do Maranhão (10), a vila de Santo Antônio de Alcântara foi instalada em 22 de dezembro de 1648. Localizado entre São Luís e Belém, o pequeno aglomerado urbano iria consolidar-se como escoadouro natural de extensa área que, com o passar do tempo, converter-se-ia em celeiro do Maranhão.

Como em outros núcleos de colonização portuguesa, a vila ocupou a parte mais alta da colina, onde se terá instalado o Senado da Câmara, o pelourinho e o sino do Conselho. Ao ser elevada à categoria de cidade, em 1836, teria Alcântara seu traçado definido, apoiando-se em uma artéria que, iniciando-se à beira-mar, galga a vertente de colina e acompanha o divisor de águas no sentido norte-sul, depois infletindo para sudoeste. A intervalos regulares de aproxi-

Praça Gomes de Castro

face sul

face oeste



Desenho de Cyro Correa Lyra, a partir de fotos de Julio Abe Wakahara

mas décadas os núcleos urbanos brasileiros. Proclamada monumento nacional (1), ganha mistério com a paisagem tropical que a moldura, entre as colinas e o mar, alternando ruínas com edificações preservadas. Lenda e história parecem caminhar juntas à sombra de arcadas de pedra lioz e pórticos derruídos.

O interesse despertado por Alcântara, dado seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, acentuou-se com a construção do Centro de Lançamento, ambicioso projeto inserido na Missão Espacial Completa Brasileira (2). A implantação desse complexo tecnológico, a cerca de 6 km da cidade, tem suscitado problemas sociais e culturais, inclusive com o deslocamento compulsório de populações da área desapropriada, que alcança metade do município.

Cidade histórica — como o são todas elas, enquanto resultantes da apropriação do espaço físico por agentes que atuam ao longo do tempo — Alcântara enseja abordagens múltiplas a especialistas de searas diversas. Como artefato, coisa feita, cons-

que nortearam os artesãos da cidade, dos fundadores e heróis aos homens e mulheres anônimos que nela empenharam e empenham o seu esforço (3).

Como núcleo urbano, Alcântara não deverá ser conhecida unicamente pelo patrimônio material, em suas características, tipologia edilícia e correntes estéticas que o distinguem. A cena física da cidade simboliza o decorrer do tempo e no contraste espacial lê-se o contraste das épocas (4). Nos remanescentes do conjunto edificado, bem como nos vestígios de ocupação multissecular da colina sobre a qual se assenta, poder-se-ão conhecer técnicas e materiais construtivos empregados, assim como fenômenos subjacentes de aculturação e de circulação de bens. De igual modo, identificar-se-á a destinação de espaços urbanos para atividades e funções diversas, ao lado de evidências concretas da sucessão de grupos indígenas que ali construíram aldeias, aos mesmos sobrepondo-se franceses e portugueses.

Na busca de maiores informações sobre Alcântara e regiões

vés de Grupo de Trabalho Interdisciplinar (5). Em meio à documentação histórica identificada, chamam a atenção dois códigos de posturas, datados de 1861 e 1866. São documentos elaborados na vigência da Constituição do Império e legislação complementar conhecida por Regimento das Câmaras Municipais, que estabeleceu ser da competência destas deliberar “sobre os meios de promover e manter a tranquilidade, segurança, saúde, e comodidade dos habitantes, asseio, segurança, elegância e regularidade externa dos edifícios e ruas das povoações” (6).

Em meados do Século XIX, acelerava-se a urbanização dos países industrializados do hemisfério norte, como decorrência do afluxo de migrantes do campo para a cidade, em busca de trabalho. A miséria e as condições subumanas de moradia, nos bairros operários dos centros urbanos de maior porte, geravam a insalubridade e a ingovernabilidade. A revolução de 1848, na França, colocou em crise a política de não intervenção do estado liberal e o não

técnicos relativos a edificações, saneamento, transporte etc.

A Câmara Municipal de Alcântara, em época aproximada, debruçava-se sobre a cidade e consolidava em código posturas editadas anteriormente, com acréscimo de outras. O estudo e a análise desses documentos permitirá conhecer como viam a cidade os nove vereadores, escolhidos dentre seu reduzido corpo de eleitores, “cidadãos ativos” que tinham de “renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos”. A cidade é também a imagem da cidade (8), tanto a que se materializa no presente como aquela que se almeja construir, de acordo com idéias e propósitos dos munícipes e de seus representantes, imbuídos estes, por vezes inconscientemente, de valores que definirão a cidade ideal — utopia urbana — em que almejam viver.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Era então Alcântara cidade bisseular, erguida no local de Tapuitapera, a maior das anti-

madamente 160 braças portuguesas — ou seja, 350 metros — abrem-se largos e praças, nos quais sobressaem edificações de cunho religioso. Parece razoável supor que o núcleo urbano configurou-se segundo o sítio escolhido e adensou-se a partir de locais previamente demarcados, em razão do interesse estratégico e da vista privilegiada.

Nos pequenos espaços existentes entre o mar e a acrópole, erguem-se edificações de pequeno porte, formando vias íngremes que serpenteiam em busca do eixo principal. Demarcaram-se, bem cedo, os limites da cidade alta e da cidade baixa: na parte elevada, a cidade branca, administrativa, religiosa e aristocrática; na pequena planície costeira e em áreas intermediárias, a cidade portuária, matizada em raças e cores. Em meados do Século XIX, o tecido urbano de Alcântara indicava a existência de estruturas e funções definidas, compreendendo um complexo portuário-militar; um conjunto jurídico-administrativo; e uma rede assistencial-religiosa, incluindo um dos mais belos templos bra-

sileiros, a igreja de Nossa Senhora do Carmo, anexa ao convento de igual invocação.

Núcleo urbano de porte razoável para a região, Alcântara possuía 8 mil habitantes quando Spyx e Martius a visitaram, em 1820. Funcionando como entreposto marítimo e comercial da Baixada Maranhense, com a atuação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão tornara-se em importante centro produtor de arroz e algodão. O fim das atividades da Companhia, as lutas da Independência e a Balaiada desorganizaram as atividades agrícolas e pastoris do Maranhão (18), afetadas igualmente pela queda dos preços dos produtos tropicais no mercado europeu, após as guerras napoleônicas.

A despeito de tais adversidades, era o município de Alcântara, em 1858, o 1º produtor de sal da província; o 2º de açúcar, aguardente, carne e couros; e o 3º de algodão, milho e farinha (17). Em 1864, tinha 51 senhores de engenho, 30 criadores de gado, 61 fazendeiros de arroz, farinha e mais gêneros; possuía 33 casas de negócios. Uma agên-

rios do século passado (12) indica o caráter estamental da sociedade que se formou em Alcântara, com nítida valorização dos símbolos e sinais exteriores de nobreza. A propriedade de sesmarias e datas de terras ensinava a nobilitação, assim como o exercício das armas na guerra contra o gentio de corço ou contra invasores estrangeiros... A admissão a corporações militares ou a irmandades religiosas também representava canal de ascensão social. A educação formal, recebida em Coimbra ou em outras universidades europeias permitiu, igualmente, que alcantarenses tivessem acesso a profissões liberais, à política e à literatura. A cidade esteve bem representada por seus filhos no exercício da Presidência da Província, no Senado do Império e nas Assembléias Geral e Provincial. Quatro alcantarenses ilustres foram agraciados com títulos nobiliárquicos (13).

Essa elite culta e europeizada dependia da mão-de-obra escrava para explorar as vastas terras de que era proprietária, já que o conceito cavaleiresco-medieval do desprezo pelo tra-

uma das periódicas epidemias de varíola que a assolavam ciclicamente. Entre 1851 e 1856, farta documentação indica os cuidados do governo da província, inclusive com autorização de verbas para a aquisição de "medicamentos e dietas" destinados às vítimas da doença (16). Médicos, cirurgiões, recrutas vacinadores e a instalação de um "lazareto" para tratamento de "bexigentos desvalidos" atestam a gravidade da situação. A vacinação tornara-se obrigatória com as posturas municipais de 1852, posteriormente incluídas nos códigos. Ainda que não se conheçam documentos conclusivos a respeito, parece ter sido definido cordão sanitário isolando a parte mais afetada da cidade. Toda uma vasta área, da rua da Bela Vista — rebatizada como rua da Amargura — começou a arruinar-se, desde então, segundo descrições de bens constantes de inventários da época.

No início dos anos sessenta, a cidade, combatida pela epidemia de varíola e em parte deteriorada, buscava reencontrar o passado esplendor, realizando

mo europeu. O código de 1866(19) pouco difere do anterior, inovando, todavia, em dois aspectos: a supressão quase total de castigos físicos a serem aplicados aos escravos transgressores; e a diminuição do valor monetário das multas previstas. Quanto à primeira das alterações, explica-se pela intensificação da campanha abolicionista no País e no Maranhão, nos anos que antecederam a edição da Lei do Ventre Livre. Quanto à segunda das mudanças, reflete o empobrecimento da cidade, o qual, em sua realidade inelutável, sobrepôs-se às expectativas e aos anseios por melhores dias.

Algumas idéias e princípios perpassam ambos os códigos, dos quais a análise em maior profundidade fica prejudicada pela exiguidade do espaço disponível. Far-se-á referência a aspectos mais significativos dos mesmos, a saber:

— O espírito dos documentos em questão é nitidamente coercitivo, proibitivo e punitivo, sendo exceções as prescrições de caráter afirmativo, de orientação ou de incentivo.

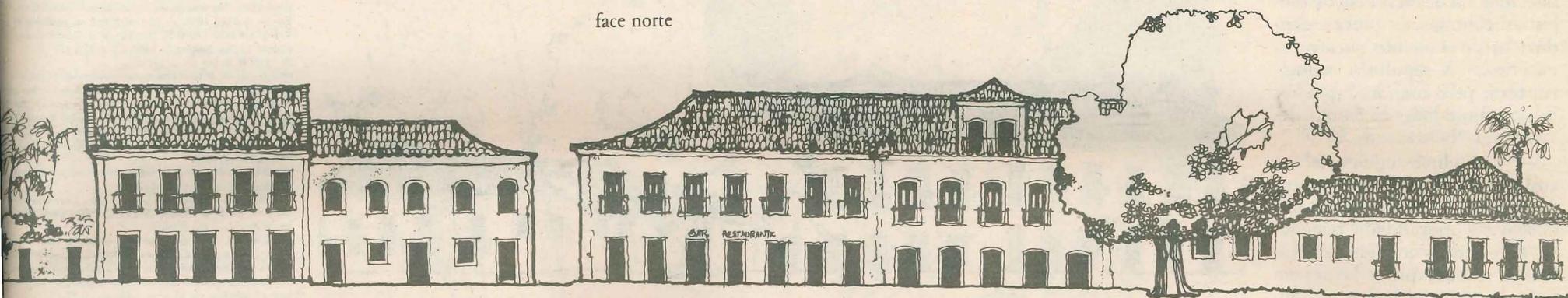
— Os legisladores tinham

prisão, se comprovada negligência no cumprimento das obrigações. Aos particulares cabia a conservação de imóveis, cercas, pontes, estradas e caminhos, estipulando-se correição anual da Câmara para fiscalização dos trabalhos.

— Preocupações de natureza ambiental permeiam as posturas, na determinação de que fossem plantadas árvores nas praças e nas proximidades dos mananciais, com destaque para a fonte da Mirititua, onde se pretendia instalar a praça da Concórdia — depois Riachuelo (20) — versão local dos passeios públicos, que então se multiplicavam nas capitais europeias e latino-americanas.

— Muitas das disposições são características de núcleo urbano vinculado ao meio rural, na essência de seus interesses e atividades. Assim é que se detêm em prescrições sobre a "criação de porcos, cabras, carneiros e vacas de leite" nos limites da cidade. Aos cães, exige-se que sejam açoimados, para que possam "andar soltos pelas ruas". O gado destinado ao abate deverá ser recolhido ao curral do

face norte



cia dos Correios fazia ligação diária com São Luís e quinzenal com Belém. Os profissionais liberais estavam bem representados: advogados, solicitadores, médicos e um farmacêutico. Os oficiais mecânicos incluíam armadores, marceneiros, funileiros, tanoeiros, tecelões de redes e outros. A designação de um vice-cônsul português aumentara o prestígio da velha urbe (21). Por essa época, Bernardino de Mattos descreve-a como "um dos lugares mais belos da Província" e elogia suas "elegantes e soberbas casas". Acrescenta, contudo: "hoje está meio abandonada... só nos dias festivos é que se lhe nota vida e animação". Em 1863, contava com 32 sobrados, sendo 7 com mirante; 333 casas térreas, cobertas de telhas e 217 de pindova. A população urbana mantinha-se em cerca de 8.000 habitantes.

Das famílias tradicionais de ascendência portuguesa, a maior parte radicou-se na região durante a segunda metade do século XVIII, coincidindo com a presença da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. A análise de 56 inventá-

balho acentuara-se com o instituto da escravidão. Os inventários percorridos indicam que a composição das fortunas locais permaneceu inalterada entre 1820 e 1890: os escravos representavam o maior valor percentual dos bens arrolados. Maquinários, equipamentos e ferramentas de trabalho pouco significavam. A enumeração de prataria, jóias, cristais e alfaias confirma estilo de vida que, à medida que o século avançava, distanciava-se de padrões e valores rurais.

Na documentação em tela, os escravos são listados e minuciosamente descritos e avaliados. Em 1861, havia 5.300 cativos para 11.600 habitantes do município; na cidade, 4.500 escravos para 3.500 cidadãos livres. Seguindo a tradição oral, teria largo curso o tráfico de escravos em Alcântara, com desembarques em cais clandestino nos arredores da cidade (14), o que explicaria a formação de grandes fortunas, cujos montantes surpreendem (15).

Quando da elaboração do primeiro dos códigos de posturas, a cidade vinha de livrar-se de

melhoramentos e procedendo a reparos em prédios públicos, dentre os quais a Casa da Câmara e Cadeia (17). A esperança de dias melhores fundamentava-se no bom preço alcançado pelo algodão, em decorrência da desorganização da produção americana, afetada pela Guerra da Secessão. Ao mesmo tempo, o cultivo da cana-de-açúcar, impulsionado pela introdução de máquinas movidas a vapor, trazia novo alento aos fazendeiros. Esse esforço de modernização alcançara Alcântara, onde alguns engenhos eram tidos como modelares.

Os códigos indicam a intenção de recuperar-se a cidade e o município, tendo como pano de fundo tais perspectivas de revitalização econômica. O texto de 1861 (18) contém 131 artigos, distribuídos em 11 títulos, acrescidos de disposições gerais. É documento elaborado (ou revisado) por pessoas versadas em princípios e técnicas legislativas, conhecedoras da legislação em vigor sobre as câmaras municipais e informadas das tendências reformistas do urbanis-

consciência da degradação urbanística e arquitetônica da cidade, pretendendo detê-la com a edição de prescrições rigorosas quanto à limpeza de ruas e fachadas, à largura das vias públicas e à demolição de edificações de equilíbrio precário.

— Harmonizando-se com o Regimento das Câmaras Municipais e com as disposições do Ato Adicional de 1834, os códigos definem as atribuições da Câmara quanto à concessão e regularização de aforamentos de terrenos do seu patrimônio; à autorização para construções e reformas; à expedição de licença para o exercício de comércio, etc... O texto de 1866 proíbe, expressamente, a venda de jóias no município, exceção feita a firmas regularmente constituídas. É de supor-se que os vereadores procurassem impedir a ação de pretensos negociantes junto a famílias empobrecidas, com a real finalidade de adquirirem, a preço vil, jóias e outros objetos de valor.

— Os funcionários municipais eram responsabilizados pelo cumprimento das posturas, sendo prevista multa e até mesmo

Conselho e não "ficar pastando" em logradouros públicos. Aos cavaleiros, proíbe-se "equipar... ou correr em desfilada", exceção feita aos militares e policiais, "em ato de serviço". — Regras de higiene são explicitadas quanto à venda de frutas e verduras; ao comércio de peixes; aos cuidados com a limpeza de matadouros e talhos públicos; à fiscalização de curtumes e salgadeiras. Exige-se que os proprietários mantenham limpas as testadas de suas casas, sendo obrigados — em 1861 — a mandar caí-las "dentro de seis meses". Essa mesma determinação e idêntico prazo repetem-se no código de 1866, ao que parece sem lograr obter maior eficácia.

— Relativamente à saúde pública, o combate à varíola é prioritário: os chefes de família ficam "obrigados a fazer vacinar filhos, fâmulos e escravos". Os infratores pagarão pesadas multas; os que não tiverem meios para fazê-lo serão presos por cinco dias. Médicos e cirurgiões encarregados da vacinação apresentarão "mapa mensal" das pessoas vacinadas à Câmara.

— Aqueles ‘que tratam por dinheiro ou por caridade de pessoas doentes de moléstia contagiosa ou epidêmica’ somente poderão fazê-lo com licença especial da Câmara. Essa exigência leva a cogitar-se de abuso ou omissão das irmandades religiosas, no atendimento às vítimas da epidemia. Assim, a exemplo do que ocorria em cidades de maior porte, o poder municipal estaria disposto a assumir encargos de saúde pública. Nesse ponto, bem como em alguns outros, os códigos tendem à municipalização de serviços de interesse geral, exceção feita à educação, sobre a qual silenciam.

— É absolutamente proibido soltar-se “animal danado” pelas ruas. Loucos furiosos, livres ou escravos, “serão conservados em boa guarda”, devendo a Câmara providenciar o recolhimento “em estabelecimento para esse fim destinado” daqueles que não tiverem tratamento adequado, “por falta de meios”.

— O sepultamento de cadáveres será feito exclusivamente no cemitério público; o texto de 1866 proíbe inumações em igrejas e conventos(21). As pessoas falecidas em decorrência de moléstias contagiosas “serão conduzidas diretamente para o cemitério...” A sepultura ordinária terá, pelo menos, 7 palmos de profundidade (1,54m), devendo ser “bem socada”.

— Em clima equatorial, o costume de banhos frequentes ao ar livre, herdado dos índios, chocava a moralidade burguesa. As posturas condenam a nudez de pessoas que se lavam em fontes e poços situados “em lugares não cercados”. A proibição, todavia, restringe-se às horas diurnas... Disposição curiosa manda punir mulheres “encontradas nus da cintura para cima e indecentemente vestidas”. Serão igualmente castigados homens livres ou escravos, quando “encontrados nus da cintura para baixo”.

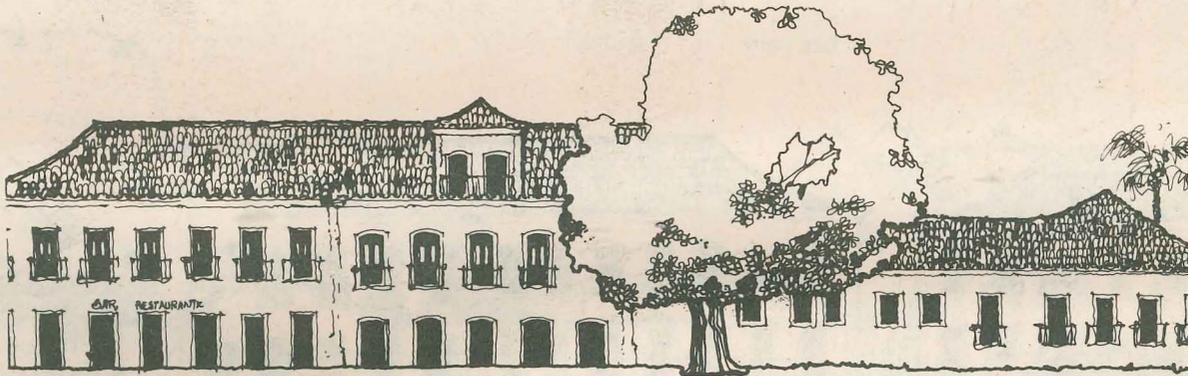
— Exige-se licença da Câmara para a apresentação de espetáculos. São proibidos rifas e “jogos de parada”, permitindo-se tão-somente “jogos de vasas, bilhar, távolas em taboleiros e rifas à maneira de loterias”. Toleram-se os “batuques de pretos”, desde que previamente autorizados.

— Quando houver incêndio, os moradores de casas próximas estarão obrigados a prestar socorro. Ocorrendo naufrágio, “os sinos darão sinal de alerta”; as canoas que estiverem nos portos e seus tripulantes deverão acudir os naufragos. Nesses casos, os códigos refogem ao tônus proibitivo e punitivo: a canoa que chegar primeiro ao local do sinistro receberá da Câmara prêmio em dinheiro.

— Na noite alcantarenses, ilu-

minada por lampeões de gás, cuja preservação é objeto de cuidados, o silêncio deve ser respeitado. Lojas, quitandas e casas de bebidas fecharão as portas às 9 horas, ao toque de recolher. Carros e carroças não poderão transitar antes das 5 horas da manhã e depois das 6 horas da tarde. Ainda que respeitado o horário, os condutores de veículos “terão cuidado para que não chiem”. Proíbem-se “vozerias, assuadas, alaridos”, bem como “proferir palavras obscenas” ou gritar pelas ruas.

— A sociedade de Alcântara comportava a bipolaridade liberdade/escavidão, mas incluía, igualmente, certo número de indivíduos destituídos de recursos, ainda que livres ou libertos. São “os que não podem pagar” as multas estipuladas, sendo estas substituídas por prisão “proporcional” (sic) à infração cometida. São também os que se encontram “em estado de pobreza”, os miseráveis, os doentes abandonados e rejeitados. Mesclando antigos conceitos de caridade cristã com idéias embrionárias de assistência social, os códigos detêm-se sobre



esses desvalidos.

— A Câmara será notificada oficialmente se alguém encontrar-se “em estado de miséria” e promoverá subscrições “para socorro do infeliz”. Paralelamente, ficam proibidas subscrições outras que não sejam “para o culto divino, obras públicas e composições literárias”. Quando falecer um escravo cujo senhor o tiver “lançado fora de sua companhia por não lhe poder prestar mais serviços em razão de sua decrepitude, ou por moléstia epidêmica, aleijão ou cegueira” ficará seu dono (ou herdeiros) obrigado “a pagar à pessoa que por caridade o tiver recolhido... à razão de 320 réis diários” e mais o valor “do facto ordinário e despesa do enterro”. Essa disposição terá sido burlada com a concessão de alforria a escravos doentes ou velhos, de sorte que o código de 1866 acrescenta: “mesmo que tiver sido dada carta de liberdade”.

— A escravidão era aceita sem questionamentos, mantendo os textos tratamento diferenciado para os infratores, se livres, se escravos. O código de

1861 é pródigo em palmatoadas para os cativos que infringirem as posturas; o de 1866 reserva essa punição para casos excepcionais. Com o abrandamento das penalidades, pretendiam os vereadores um tipo de cativo menos cruel, sem abdicarem, contudo, da sujeição e nulificação do escravo.

— Os cativos estão sempre sob suspeição, sendo proibido “dolosamente negociar com escravos”, ainda que “os objetos pareçam pertencer ao escravo”. Nos estabelecimentos rurais, comércio de qualquer natureza somente poderá ocorrer com o consentimento dos proprietários. Os boticários não poderão vender a escravos “ou outras pessoas suspeitas, com receita ou sem ela, substâncias venenosas ou remédios reconhecidamente prejudiciais à vida”. O medo de envenenamento — comprovado em processo do qual se tem referência (22) — faz com que multas e outros penalidades previstas em 1861 sejam aumentadas no texto de 1866.

— Depois do “toque das 9 horas”, escravos que forem encon-

trados pelas ruas “sem bilhete de seus senhores” serão recolhidos à cadeia. A suspeição estende-se ao porte de “instrumentos do ofício”, daqueles que sejam oficiais mecânicos: somente poderão conduzi-los entre 6 horas da manhã e 6 horas da tarde.

APESAR DOS CÓDIGOS

Em que pesem as restrições, vigilância e castigos previstos para os cativos, em número e graduação muito superior àqueles destinados aos infratores livres, Alcântara é hoje município onde predomina população mestiça ou negra, sendo numerosos os descendentes de escravos. Trinta anos depois da edição do código de 1866, do qual emerge a utopia de uma cidade limpa, saudável, aforoseada e moralizada segundo idéias e valores burgueses e escravocratas, a velha urbe mostrava em sua face as marcas do tempo e da pobreza. Em 1896, Ribeiro do Amaral descreve-a “inteiramente quase abandonada”. Fo-

ram ultrapassados os 6 meses fixados em ambos os códigos, para que ao menos as fachadas fossem caiadas pelos proprietários ou administradores de edificações. Em 1866, desabou o teto do convento do Carmo; uma década depois, 57 das casas cobertas de telhas e 2 dos sobrados estavam arruinados. A população urbana reduzira-se a 4.000 habitantes, ou sejam, à metade da existente meio século antes. Em 1912, Dias Martins em relatório sobre as condições da agricultura no Maranhão informa que “a cidade é pobre e decadente, tendo muitas casas em ruínas”. Em 1980 contava o município 18.515 moradores, dos quais somente 1639 no sítio urbano (23).

O abandono de fazendas e engenhos precedeu o esvaziamento da cidade. Permaneceram em Alcântara os prepostos de proprietários absenteístas, ex-escravos guindados à condição de serviços de confiança, administradores de roças e sítios decadentes, casas e sobrados jamais recuperados. O desinteresse pelos imóveis culminou no não pagamento de impostos e taxas, dando origem à

confusa situação fundiária característica do município. Algumas doações de terras foram formalizadas, em cláusulas testamentárias ou escrituras que legalizaram a transferência da propriedade de imóveis rurais e urbanos a ex-escravos. Residências e sobrados urbanos, casas-grandes de fazendas e engenhos foram esquecidos pelos políticos, profissionais liberais, comerciantes e intelectuais que se transferiram de Alcântara. Outros interesses e preocupações povoavam o espírito dos filhos da terra que partiam e não retornavam. Edificações e logradouros degradaram-se e desvalorizaram-se, passando a abrigar a pobreza daqueles que nada tinham, além da liberdade. Ruas, becos e vielas desapareceram sob a vegetação luxuriante. Na fusão de raças e culturas, crenças, usos, festejos e tradições de origens portuguesas foram assimilados por filhos, netos e bisnetos de escravos, igualmente depositários da herança africana e indígena (24).

Os códigos de 1861 e 1866 não lograram materializar a utopia urbana concebida pelos

vereadores de Alcântara, nem sequer deter o processo de decadência que se instalou, de forma irreversível. A cada inverno — temporada de chuvas diluviais que se precipitam sobre a região — mais casas desabam, cunhando-se sobre os escombros o verde epítáfio de lianas e trepadeiras. O tombamento da cidade como monumento nacional, há quase meio século, não bastou para preservá-la, nem mesmo para protegê-la. As intervenções feitas, ainda que necessárias, mostraram-se insuficientes para manter-lhe a fisionomia e a identidade cultural, diante das mudanças que a alcançam com maior intensidade, na medida em que prossegue a construção do Centro de Lançamento de engenhos espaciais.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Lei nº 26.077 — de 22.11.1948 declarou Alcântara monumento nacional.
- (2) Sobre o Centro de Lançamento, consultar: Sob os Céus do Brasil. In Arquitetura & Urbanismo, 4 (18), janeiro-julho/88, p. 40/53.
- (3) MENEZES, Ulpiano Bezerra de. O museu da cidade e a cidade do museu. In Cultura e Cidade. Revista Brasileira de História, 5 (8), set./84 — abr./85, p. 197/205.
- (4) LYNCH, Kevin. A Imagem da Cidade. Lisboa, Edições 70, LDA, s/d, p. 55.
- (5) Grupo de Trabalho de Alcântara criado através do Portaria nº 97/85 da Secretaria Geral do Ministério da Cultura.
- (6) Constituição Política do Império do Brasil (1824). In SENADO FEDERAL. Constituições Políticas do Brasil. Brasília, 1986, p. 31 e seg.
- (7) Sobre leis sanitárias da Inglaterra em 1848 e 1875; HARDY, Jorge & MORSE, Richard (comp.). Revisando la Ciudad de Americana Latina. Buenos Aires, Grupo Editor Latino, 1988, p. 97-126. Sobre lei sanitária da França em 1850: DONNE, Marcella delle. Teorias sobre a Cidade. Lisboa, Edições 70, LDA, s/d, p. 31.
- (8) LYNCH, K. Op. cit., p. 19 e seg.
- (9) A Capitania de Cumá compreendia parte do Maranhão ocidental; foi doada em 1627 ao Desor. Antônio Coelho de Carvalho. VIVEIROS, Jerônimo de. Alcântara no seu Passado Econômico, Social e Político. São Luís, Fundação Cultural do Maranhão, 1975. LOPES, Antônio. Alcântara. Subsídios para a História de uma Cidade. Rio de Janeiro, MEC/DPHAN, 1948.
- (10) O Estado do Maranhão, separado do Estado do Brasil, foi criado por carta-régia de 13.06.1621.
- (11) Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial (organizado por B. de Mattos). São Luís, 1858 a 1864. Ortografia atualizada nas citações.
- (12) Dos 409 inventários post-mortem (alguns com testamentos inclusos) localizados em Alcântara, 52 foram total ou parcialmente transcritos e examinados. Analisaram-se também 2 inventários alcantarenses arquivados em São Luís e 2 referidos por Viveiros, J. Op. cit., p. 52-53.
- (13) Os barões de Mearim, de São Bento, de Pindaré e de Grajaú.
- (14) Nas ruínas do sítio de Nazaré há vestígios de um atracadouro particular, situado no igarapé do Pua.
- (15) O inventário post-mortem do Comendador J. Maria Correia de Sousa (meados do século XIX) arrolou bens no valor de 900 contos de réis. VIVEIROS, J. Op. cit., p. 54. O inventário não foi localizado.
- (16) Publicador Maranhense. São Luís, 27.03.1855, 09.06.1855 e 06.10.1855. Biblioteca Pública Benedito Leite. Doravante referido por Pd. Ma.
- (17) A Casa de Câmara e Cadeia foi construída no final do século XVIII, através de doações feitas por moradores da cidade que a financiaram, em parte. MARQUES, Cesar Augusto. Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão. 3ª. ed. Rio de Janeiro, Ed. Fon-Fon, 1970, p. 66.
- (18) Lei Provincial nº 609 de 21.07.1861. Coleção de Leis Provinciais 1861-1863, p. 192-215. Arquivo Público Maranhense. Biblioteca de Apoio.
- (19) Lei Provincial nº 804 de 21.07.1866. Idem, 1866, p. 294-319.
- (20) Homenagem prestada aos combatentes, oriundos de Alcântara, na Guerra do Paraguai, os quais somariam 400 voluntários. VIVEIROS, J. Op. cit., p. 74.
- (21) O art. 66 do Regulamento das Câmaras Municipais determina que os cemitérios sejam localizados fora do recinto de templos e igrejas. Constituição... Op. cit., p. 44.
- (22) Autos do Testamento do Ten. Cel. José Ascenção da Costa Ferreira, 1858. Cartório do 2º Ofício. Alcântara. Manusc.
- (23) SEPLAN/PR/Fundação IBGE. IX Recenseamento Geral do Brasil. 1980. Vol. I. Tomo 3º, nº 5. Rio de Janeiro, IBGE, 1982.
- (24) Sobre povoados de cultura afro-brasileira no município de Alcântara: ARAÚJO, Mundinha. Breve Memória das Comunidades de Alcântara. São Luís, SIOGE, 1990.

Agradecimento: Aos colegas do Grupo de Trabalho de Alcântara e a Karina W. Scanavino Costa, pesquisadora associada, o meu muito obrigada.

* A profª Lena Castello Branco Ferreira de Freitas é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Endereço para correspondência: SQS 106, Bloco J, apt. 404 70.742-100. Brasília-DF.

IDEAIS MUDANCISTAS

O receio de que o Brasil pudesse ser ocupado ou dominado por outras nações estrangeiras, despertou a idéia de se interiorizar a capital do país.

Nesse sentido, pronunciações ilustres e ações efetivas foram realizadas, desde os primórdios da nossa colonização.

A constituição federal de 1881 já determinava: "fica pertencente à união, no planalto central da república uma zona de 14.400 km² que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura capital da República".

Assim, logo em 1891, foi constituída a primeira comissão exploradora do planalto central do Brasil, chefiada pelo engenheiro belga Dr. Luiz Cruls, na época diretor do observatório nacional.

A comissão era formada de 22 membros, de várias profissões: agrônomos, geólogos, médicos, artesãos, astrônomos, farmacêuticos, botânicos, pessoal de apoio e ajudantes.

Esta comissão permaneceu por 7 meses no planalto, tendo uma de suas equipes se instalado a margem direita do córrego do Brejo, hoje do Acampamento, ou ainda da "Água Mineral".

A instalação de seus aparelhos de observação deu-se no ponto mais alto — "alto da mira" — hoje atrás do memorial JK.

O plano piloto de hoje, ocupa a área então chamada "Larga do Bananal" de propriedade dos irmãos Francisco Alexandrino Lobo e Honório de Souza Lobo, de Formosa.

Em visita de apoio à comissão, em sua propriedade, Francisco Alexandrino Lobo, juntamente com outras pessoas que o acompanhavam, solicitaram à comissão que no aproveitamento das folhas de buriti para cobertura dos ranchos, então improvisados, poupassem as árvores, evitando que fossem derrubados os buritizais e que aproveitassem as folhas, retirando-as somente.

No que foi objetado por um membro da comissão justificando que seu pedido só poderia ser atendido se ele mesmo, o proprietário das terras e dos buritizais, fosse derrubar as folhas.

Regressando a Formosa, chocado com a resposta ao seu pedido, Francisco Alexandrino Lobo fez uma representação ao juiz de direito de Goiás, Dr. Marcelo Francisco da Silva, progenitor do ilustre advogado goiano Dr. Colemar Natal e Silva, solicitando indenização pelos danos causados. Dr. Marcelo concedeu despacho favorável à petição, recorrendo, ex-offício, ao Supremo Tribunal Federal, no Rio de Janeiro, por se tratar

Memória do Planalto

Mestre D'Armas (II)

Concluindo o ensaio iniciado em DF-LETRAS Nº 1, o autor, verdadeira memória viva do Planalto Brasiliense, relata-nos aqui, muitas vezes com base em fatos e observações pessoais, a trajetória histórica de Planaltina-DF, onde nasceu em 1903.

HOSANNAH CAMPOS GUIMARÃES

Academia de Letras e Artes do Planalto



de sentença desfavorável à União.

Esta sentença, reconhecendo inclusive o direito de propriedade da área, foi valiosa para os antigos proprietários em defesa de seus direitos que chegaram a ser contestados, postos em dúvidas, face ao art. 3 Constituição de 1891, com o seu "fica pertencente a união"...

A PEDRA FUNDAMENTAL

Em 1921, os deputados federais Rodrigues Machado e Americano do Brasil, este goiano, apresentam projeto, objetivando lançar a pedra fundamental da futura capital do Planalto Central e sugerindo de imediato, o início da sua construção. O projeto recebeu a sanção presidencial através do decreto nº 4.494, determinando o lançamento da pedra fundamental da

futura capital federal. Este decreto foi assinado pelo presidente Epitácio Pessoa e o ministro da aviação José Pires do Rio, em 18 de janeiro de 1922.

Atendendo a determinações do decreto, providências foram tomadas para a fixação do marco. O ministro da aviação incumbiu o engenheiro Balduino Ernesto de Almeida, diretor da estrada de ferro Goiás, com sede em Araguari, para cumprir a missão.

A 1º de setembro de 1922, a comitiva parte de Araguari com destino a Ipameri e de lá prossegue de carro para o quadrilátero Cruls. A caravana com 11 pessoas chefiada pelo engenheiro Balduino, com mestre de obra e pessoal de apoio, levando em caminhões o material necessário à implantação da pedra,

chegaram até Planaltina.

O local escolhido foi à margem direita do Rio São Bartolomeu, próximo a uma vertente conhecida como cabeceira da Pindaíba, em uma colina, que passou a ser denominada Serra da Independência, com duas elevações que se destacam, a que deram os nomes de Morro do "Centenário" e "Sete de Setembro".

A edificação, iniciada em 6 de setembro foi concluída no dia 7 de setembro, antes do meio dia. Assim, a previsão legal de seu assentamento para o meio dia do 7 de setembro de 1922, foi cumprida.

Na edificação da pedra foram usados 33 blocos, em comemoração aos 33 anos da proclamação da república (1889 — 1922).

A solenidade oficial, confor-

me a ata do seu lançamento, se deu ao meio dia do dia 07 de setembro contando com a presença do engº chefe Adelino de Guaypurus Piranema representando o Exército Nacional, o engenheiro Aldo de Moura Azevedo representando a Câmara dos Deputados Federais, o juiz de direito de Formosa Dr. Artur Abdon Povoia, representando o Governo do Estado de Goiás, o deputado Evangelino Meireles (de Luziânia) representante da Câmara e do Senado Estaduais, o deputado federal Americano do Brasil, representante dos municípios de Santa Luzia, Formosa e Planaltina e grande massa popular.

O engº Balduino Ernesto de Almeida declara então lançada a pedra fundamental e iça a bandeira nacional ao som do Hino Nacional e dirige a todos, autoridades e povo, palavras alusivas ao ato. Falaram ainda representantes do Governo do Estado, da Câmara e do Senado Estaduais e ainda o representante dos municípios de Formosa e Planaltina, Dr. Francisco Hugo Lobo.

Além de grande massa popular, em sua maioria, pessoas de Planaltina, e de cidades vizinhas, estiveram presentes Gelmires Reis de Luziânia, José Teodolino da Rocha de Formosa, e de Planaltina, o proprietário da área onde se lançava a pedra, Salviano Monteiro Guimarães e seus filhos Gabriel e Sebastião Campos Guimarães.

Nesta pedra há uma placa de metal com os seguintes dizeres:

"Sendo presidente da República o excelentíssimo senhor Dr. Epitácio da Silva Pessoa em cumprimento do disposto no decreto nº 4.494, de 18 de janeiro de 1922, foi aqui colocada em 7 de setembro de 1922, ao meio dia, a pedra fundamental da futura capital federal dos Estados Unidos do Brasil".

Em 07 de setembro de 1922, sendo governador do Distrito Federal, José Ornellas de Souza Filho, Secretária de Educação e Cultura a professora Eurides Brito da Silva e administrador regional de Planaltina Salviano Antonio Guimarães Borges, o monumento foi tombado, pelo decreto nº 7.010, de 07 de setembro de 1982.

COMISSÃO POLI COELHO

Em 1945, o presidente Eurico Gaspar Dutra reativou o tema de mudança da capital, nomeando nova comissão de doze membros, entre eles o então governador de Goiás, Dr. Jerônimo Coimbra Bueno, e chefiada pelo general Djalma Poli Coelho.

Esta comissão teve sua solução retardada por mais de 2 anos por causa da atuação do engenheiro Lucas Lopes e do deputado mineiro Benedito Valadares, que juntamente com

outros políticos defendiam a transferência da capital para a região do Triângulo Mineiro, Paracatu ou Juiz de Fora.

Após debates acerca do assunto, a Comissão Poli Coelho decidiu que a área já estava escolhida anteriormente pela comissão Cruls.

Sendo Jerônimo Coimbra Bueno — governador de Goiás e eu, o vice-governador, originário de Planaltina, foi-me solicitado criar condições de hospedagem para a comissão em minha terra natal, quando da sua visita ao Planalto, como também de dar-lhe toda a assistência necessária.

Escolhido o local, Jerônimo ponderou-me:

“A localização no Planalto, além de ser a melhor para o Brasil é também para Goiás, cuja configuração geográfica dificulta a administração do estado, vez que a área escolhida o divide ao meio, constituindo-se no sul do norte e no norte do sul e proporcionando uma melhor administração, especialmente para a área norte, mais pobre e de mais difícil acesso”.

Por outro lado, mandou construir um campo de aviação, próximo à cidade e instalou um rádio para comunicação, com um operador, para o atendimento à comissão.

O general Djalma Poli Coelho e os membros da comissão foram hóspedes, por 3 vezes, durante o período da escolha do local (15 dias, 7 dias e 3 dias respectivamente) em nossa fazenda, então conhecida como “Larguinha”.

Em 1948, a comissão apresentou relatório, mantendo a mesma localização sugerida pela Comissão Cruls.

COMISSÃO JOSÉ PESSOA

Em 04 de abril de 1955, chega a Planaltina uma nova Comissão chefiada pelo marechal José Pessoa de Cavalcante e designada pelo presidente João Café Filho.

No dia 04 de fevereiro de 1956, o marechal José Pessoa, o brigadeiro Clóvis Travassos e o Dr. Ernesto Silva — presidente, membro e secretário da comissão de estudos para construção da nossa capital, em um carro “Chevrolet” 51, cedido por Iron Chaves, filho de Formosa e fazendeiro do município de Planaltina, e tendo como guia um filho de Planaltina, Laerte Carlos de Alarcão, então coletor federal, chegam a uma pequena elevação à margem esquerda do Córrego Acampamento, por coincidência, na mesma posição onde acampara anteriormente a Comissão Cruls. E há poucos quilômetros de onde Cruls havia construído a plataforma de observação, no ponto mais alto da região.

E o marechal Pessoa sentenciou:

“Está decidido, será este o sítio”, referindo-se ao sítio Castanho e solicitou retorno a Planaltina, de onde voaria para o Rio de Janeiro, levando a decisão ao excelentíssimo senhor Presidente da República João Café Filho.

E podemos assim concluir:

“Cruls demarcou; Poli Coelho confirmou e o marechal Pessoa definiu”.

AGRICULTURA E PECUÁRIA ANTIGAS

Tendo em vista a inexistência de recursos minerais em Planaltina, a economia partiu para uma agricultura rudimentar e de subsistência.

Na medida do crescimento populacional, iniciou-se um novo ciclo, o da “pecuária”, sendo em maior escala a criação do gado bovino e em menor a de equino.

O gado existente, inicialmente, era o “curraleiro” ou “pé duro” que prevaleceu até o início deste século, quando foi trazido de Uberaba para Planaltina um touro zebu, por Ernesto Amado da Silva, proprietário da fazenda Encruzilhada, pouco além da atual cidade de São Gabriel de Goiás.

Um filho deste touro — de nome Suropo — foi adquirido por Salviano Monteiro Guimarães — meu pai — que o levou para a fazenda, Santa Cruz, de sua propriedade.

Impressionado com o resultado do cruzamento em peso e aparência da produção do touro, Salviano sentiu-se estimulado a prosseguir e voltando a Uberaba-MG adquiriu de José Caetano Borges, da fazenda do Cassu, uma leva composta de 20 novilhas, 2 vacas e 2 touros — um nelore, de nome Japão, e outro Guzerá, de nome Fazenda.

A partir deste plantel iniciou-se a melhoria do gado na região e a introdução do zebu no norte de Goiás.

Por outro lado, o cruzamento do touro nelore — Japão — com as mochas “curraleiras” deram como produção um gado, na maioria mocha, muito pesado, com características semelhantes hoje ao do “Tabapuã”.

A produção era vendida na região e também fora dela, como foi o caso de uma venda feita, de gado dessa raça, por meu irmão Gabriel Campos Guimarães, da fazenda Cocal do Andrade a um fazendeiro de Silvânia da família Louza, e que posteriormente foi adquirido, de terceiros, por Alberto Ortemblad — criador, selecionador e fixador da raça Tabapuã em São Paulo e no Brasil.

Quanto à criação de equinos, os animais existentes eram comuns, sem nenhuma característica racial predominante.

O primeiro equino de raça a chegar no município foi um

“Campolina” adquirido por Salviano Monteiro Guimarães, de procedência mineira, denominado “Sentinela”. A partir daí verificou-se uma melhoria na produção e, em 1948, o general Poli Coelho — que chefiava a comissão de escolha da área do futuro Distrito Federal já fez suas incursões montado em um de seus descendentes.

No final da década de trinta um boiadeiro, mineiro de Monte Carmelo — Joaquim Martins Mundin (Quinca Mundim) trouxe-me de presente um cavalo da raça Mangalarga Marchador e o cruzamento de suas descendentes com dois jumentos da raça “Pega”, adquiridos por mim (um de Gastão Lapesquier de Paracatu e outro do fazendeiro paulista Orlando Junqueira de Orlândia), incrementaram a produção de muares no município.

Outro aspecto peculiar que ocorreu na região foi a exportação de potros e cavalos para os pantanais e garimpos de Mato Grosso no fim do século passado.

Criados na região, este comércio de equinos teve início em Formosa pelo coronel Valeriano de Castro (Valú), e levados até Mato Grosso por comitivas, em levadas de aproximadamente 80 a 100 animais.

Tal comércio estabeleceu-se intensamente. Primeiro, porque o transporte lá existente era o “boi” comum — animal pachorrento e lerdo — e o garimpeiro vaidoso dava preferência ao cavalo — muito melhor em aparência e rapidez. Havia na região matogrossense uma moléstia chamada “naganose”, conhecida popularmente como “mal de escancho ou peste de cadeira”, produzido por um tripanossoma, hospedeiro da capivara, cachorro ou tatu, que a mosca transmitia aos equinos, dando-lhes uma vida curta, fazendo com que tivessem o seu valor elevado, justificando a sua importação.

Meu pai, aos 20 anos, iniciou este comércio e por três anos consecutivos foi aos pantanais, saindo em março levando cavalos, vendendo-os e regressando em outubro com bois, adquiridos de fazendeiros de Goiás, de Porangatu, Amaro Leite, Urugu, São José do Tocantins etc. Após descanso na Larga do Bananal, que alugava, hoje Plano Piloto, os levava para Minas Gerais, passando pelos Arrependidos na direção a Monte Carmelo, Patrocínio, Patos de Minas etc., vendendo-os e regressando para uma nova investida.

PRIMÓRDIOS DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA — ENERGIA E ESTRADAS

Apesar de ser o melhor núcleo habitacional e a mais nova cidade da região, Planaltina contou com a implantação de al-

gumas indústrias fundamentais ao seu progresso e sobrevivência, a partir dos anos vinte deste século.

Ao lado da agricultura e pecuária, verificou-se o fortalecimento das atividades comercial e industrial.

O comércio contava com lojas, destacando-se a “Casa Lealdade” de Epaminondas da Silva Campos, a “Loja Grande” de Alexandre Salgado e Salviano Monteiro Guimarães. Estas firmas adquiriam os produtos em sua maior parte de São Paulo (sal, tecidos, ferragens, armários, etc) e outros de Goiás, principalmente o café de Corumbá, e exportavam sola para São Paulo, e os calçados, arreios e artefatos de couro para outros municípios de Goiás.

Tinham como mercado consumidor, além da própria cidade, as demais vizinhas onde se estabelecia a venda destes produtos e a compra do gado para a formação de boiadas.

Por força do comércio, tornou-se necessária a implantação de indústrias, também na 3ª década deste século, destacando-se: o curtume, a charqueada, a selaria e os calçados, todas surgidas em função das atividades pecuária e comercial.

Com a inexistência de mão-de-obra capacitada para operar as indústrias tornou-se necessário buscar em São Paulo artifices nestas áreas, originando a vinda para cá de Vittorino Benvinhati, Pilades Grassini, Alexandre Sicheiroli, os “Del Fiacco” e “Salgueiro Banó”, todos de São Paulo.

A partir deste grupo básico, formando empresas, outros planaltinenses se iniciaram neste setor, num processo de aprendizagem, como Otaviano Souza Guimarães, Otavinho e muitos outros. A comercialização, na sua maior expressão, acontecia com os municípios vizinhos embora atendesse outros do estado.

O produto do curtume — a sola — era exportada, principalmente para São Paulo.

Em decorrência destas indústrias, outras melhorias foram se tornando necessárias, como a construção de estradas e a implantação da luz elétrica, pela mesma firma particular, com apoio da prefeitura municipal.

A necessidade de melhores transportes, até então feitos em carro de boi e tropa para mercadorias, e a cavalo para as pessoas e boiadas, foi uma das razões que levaram a firma Benvinhati, Salgado e Cia, dos senhores Vittorino Benvinhati, Alexandre Pereira Salgado e Salviano Monteiro Guimarães, à construção da rodovia Planaltina — Ipameri, passando por Cristalina, com a extensão de 301 kms — a primeira a ser

construída no Planalto Goiano, de iniciativa exclusivamente particular.

Passava num espigão divisor das águas dos rios Mestre D’Armas e São Bartolomeu, à direita, e de afluentes do rio São Marcos à esquerda, construída com apenas três mata-burros nos seus 12 primeiros quilômetros, a partir de Planaltina, respectivamente, nos córregos Ribeirão, Quatis e Rajadinha, dois outros mata-burros já nas proximidades de Ipameri. Eram mais de 280 kms no Espigão divisor de águas, em área absolutamente plana, locação esta feita pelo prático Balbino Carlos de Alarcão e o agrimensor Deodato do Amaral Louly.

Outras rodovias se seguiram. Para Luziânia na saída de Planaltina: para as fazendas Retiro do Bambu e Palmeiras e depois outras para cidades vizinhas e para o interior do município.

ORIGENS DA EMBRAPA EM PLANALTINA

Sendo governador de Goiás — (1946 a 1950), o Dr. Jerônimo Coimbra Bueno e seu vice-governador, empenhados na criação de um posto agropecuário a pedido dos produtores da região, com a valiosa ajuda do então deputado federal João de Abreu, foi obtida uma verba federal para sua instalação. Interesses outros porém entraram e a verba concedida destinada ao mesmo fim foi pleiteada e desviada para outra região, creio que no sudoeste goiano. Com nosso apelo e o empenho dos deputados João de Abreu e Albatênio Godoy e a boa vontade do então ministro Dr. Israel Pinheiro, a ajuda valiosa do Dr. Pereira Lira e alta compreensão do presidente Dutra, conseguimos por fim que a verba fosse dividida e assim o nosso objetivo fosse alcançado, isto é, a criação do posto agropecuário nessa região, depois transformado no escritório técnico de agricultura — Projeto Eta — 44. Outra dificuldade surgiu: a área indicada pela prefeitura local para sua implantação, na fazenda Bom Sucesso, a 10 km de Planaltina, próxima do Rio Maranhão, não satisfazia às exigências técnicas. Face a recusa dessa área, e tendo eu adquirido uma área da firma “Pina e Irmão”, de Anápolis, às margens do córrego Sarandi, na fazenda Mestre D’Armas, ofereci parte desta área, que foi julgada satisfatória, sendo então instalado ali o posto. Posteriormente, ele foi transformado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — Embrapa, no centro de pesquisa agropecuária do cerrado — CPAC, em Planaltina-DF, onde vem realizando trabalhos de reconhecido valor.

EDUCAÇÃO ANTIGA

Em outubro de 1866, foi con-

cedida a permissão para Leonel de Souza Lima abrir a primeira escola primária, particular, no Arraial de Mestre D'Armas, somente para o sexo masculino.

Em 1882, foi criada a primeira escola pública primária, também só para o sexo masculino.

Na 1ª década deste século foram fundadas duas escolas primárias — uma para o sexo masculino, na rua 1ª de Junho, sendo professora Percília Mundim Guimarães — onde estudei em 1912, e a outra, de sexo feminino, na praça São Sebastião, próxima à igreja, sendo professora Rita de Almeida Campos Salgado.

Seguiram-se a estas escolas o Colégio Evangélico dos Protestantes, a escola Normal D. Olivia Guimarães, o grupo escolar de Planaltina na praça Cel. Salviano Monteiro e a escola paróquial São Sebastião.

No fim da década de 20 o governador de Goiás, Alfredo de Moraes, e seu secretário de educação, o médico Dr. Gumerindo Marques Otero, em visita a Planaltina, inauguraram o grupo escolar na praça Cel. Salviano Monteiro.

Sendo professoras Maria América Guimarães, Eliacena Pereira da Costa, Flavia Carneiro e D. Inês. A área destinada ao grupo foi doada por Salviano Monteiro Guimarães.

A instrução de Planaltina era ministrada por estes grupos escolares.

Em 1950, foi construído um grupo escolar, substituindo o que havia, na mesma praça, pelo governo do estado de Goiás, sendo secretário de obras o Dr. Colombino de Bastos.

O estudo normal era ministrado pelo colégio São José da Congregação dos Dominicanos na cidade vizinha de Formosa, pelas irmãs dominicanas da mesma Congregação (ordem), até finalmente, ser criada a escola normal D. Olivia Guimarães, em Planaltina.

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

A mais antiga, principal e tradicional manifestação popular existente em Planaltina é a Festa do Divino. Esta festa é realizada no campo e na cidade. Os foliões giram a zona rural terminando na cidade. Na sua chegada

da celebram-se missas, há barraquinhas, danças, o levantamento do mastro e fogueiras, bem como a tradicional catira, mas acima de tudo eles oram para o Divino Espírito Santo. No final há o sorteio do novo Imperador e dos Foliões da Rocha e da cidade que serão organizadores da festa no ano seguinte.

Já a tradicional Via Sacra de Planaltina é uma procissão feita anualmente toda Sexta-Feira da Paixão, onde há representação teatral da Crucificação e Morte de Jesus Cristo. Esta encenação tem o acompanhamento de uma procissão feita de carros e de pessoas que sobem o morro a pé. Esta festa é realizada no morro da Capelinha, numa área hoje pertencente à Sra. Dulce Campos Guimarães, filha do coronel Salviano Monteiro Guimarães. A festa hoje tem repercussão a nível nacional e vem contando nos seus últimos anos com milhares de pessoas.

As demais manifestações populares, como representações teatrais, bumba meu boi, festa junina, quadrilhas, etc. são comemoradas em Planaltina, espou-

radicamente.

RELIGIÃO

As cerimônias religiosas de Planaltina eram ministradas antigamente pelos padres dominicanos de Formosa que atendiam, além desta cidade, às paróquias das cidades vizinhas em suas várias funções religiosas: missas, casamentos, batizados, crismas, etc.

Estas solenidades eram celebradas na centenária igreja de São Sebastião, na praça do mesmo nome.

Na década de 40, o padre dominicano Frei Boaventura deu início à construção da nova matriz de Planaltina, na hoje, praça padre Antonio Marcigaglia.

Por defeito de assentamento, a construção foi interrompida e os padres da nova congregação que sucedeu aos dominicanos reconstruíram a nova matriz contando com a ajuda da população planaltinense.

E aqui encerro.

Tenho certeza de muitas omissões, como também de alguns fatos que somente superficialmente pude relatar, pela escassez do tempo, ou a extensão dos assuntos e sempre, pela ne-

cessidade de outros levantamentos e pesquisas.

A diversificação dos assuntos, a amplitude dos fatos e acontecimentos e a omissão, ainda que involuntária, de detalhes e nomes, levaram-me a injustiças e falhas que pretendo — se não saná-las — reduzi-las a um limite perdoável, para que retratem aos pósteros a História o mais próximo da verdade possível, já que 100% sem falha, sem lapso, julgo impossível alcançar.

- Reminiscências de Planaltina, de Gabriela Guimarães Freitas
- Contribuição para a história de Mestre D'Armas, de Gelmires Reis.
- Planaltina: 1859 — 1973, do GDF/Secretaria do Governo, 1973. 76 P.
- Planaltina — Síntese Histórica e Estatística, do GDF/Secretaria do Governo, 1974. 139 P.
- Mestre D'Armas, Altamir, Planaltina, de Salviano Antonio Guimarães Borges e Antonio Carlos Morais de Castro, 1981. 25 P. (Arquimemória — 1º Encontro Nacional de Arquivos sobre Preservação de Bens Culturais).
- Planaltina ... Relatos, do GDF/ Administração Regional de Planaltina, março 1985. 114 P.
- Relatório da comissão exploradora do Planalto Central do Brasil; relatório Cruls — Luiz Cruls. 4ª Ed. Publicado pelo GDF/ Secretaria de Governo/ Codeplan, 1984. 396 P.
- O relatório técnico sobre a nova capital da República; relatório Belcher, do GDF/ Secretaria de Governo/ Codeplan, 1984. 316 P.
- Enciclopédia dos municípios brasileiros, volume XXXVI — Goiás, do IBGE, 1958. 453 P.
- Pedra Fundamental do D.F., do GDF/ Secretaria da Cultura, 1986. 22P. (Série Patrimônio Cultural. Documentos, 2).

O Dr. Hosannah Campos Guimarães, 87, é médico e acadêmico. Na qualidade de vice, foi governador do Estado de Goiás. Endereço para correspondência: SQS 313, Bloco A, Ap. 206 — Brasília, DF.

Goiás - Velho, Goiás-Novo:

A Construção de Goiânia e as utopias dos anos 30

A construção de Goiânia antecede a de Brasília em mais de vinte anos. As circunstâncias históricas em que surgiu a nova capital de Goiás são porém muito diferentes, como vai aqui contado pelo prof. Nasr Chaul.

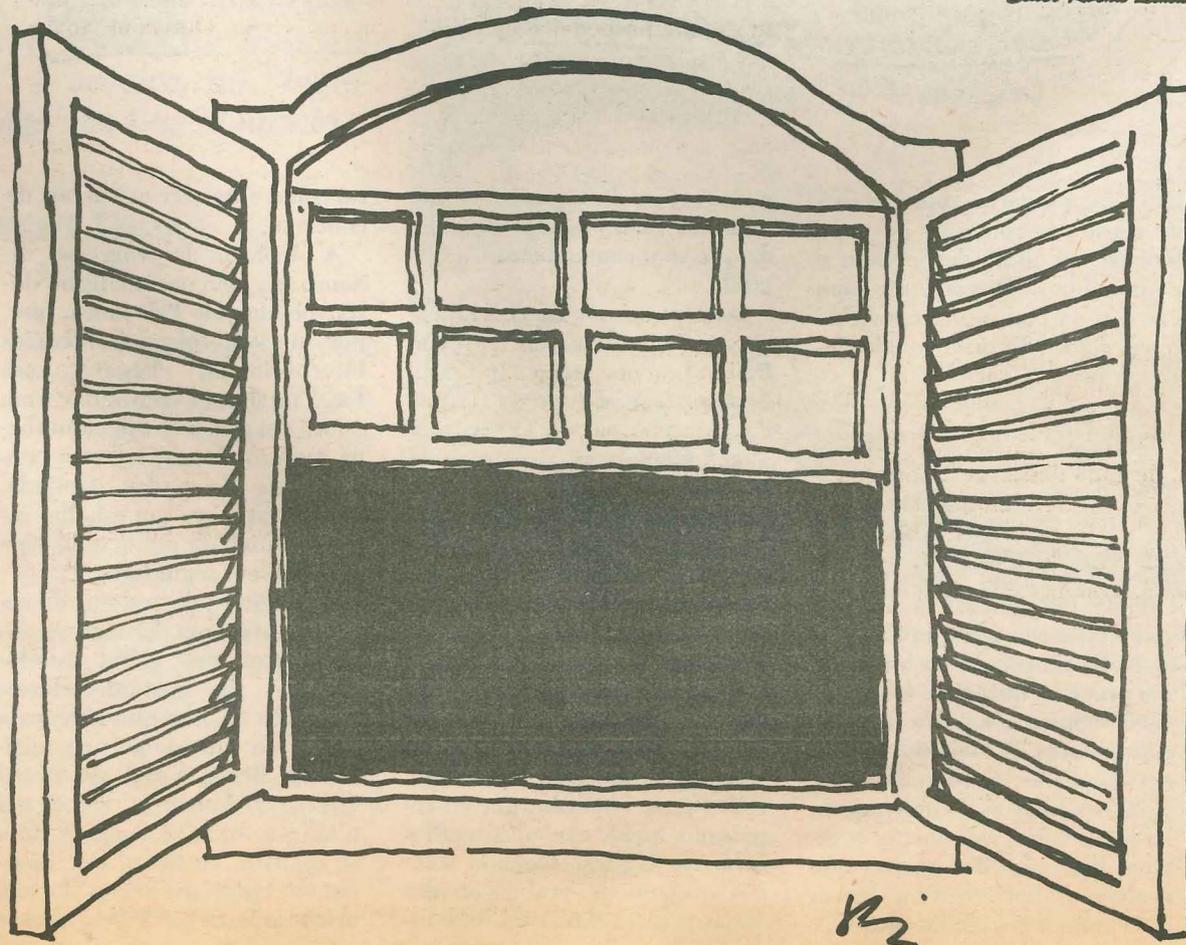
NASR FAYAD CHAUL

Universidade Federal de Goiás

Eldo Rocha Lima

Sobre a construção de Goiânia muito já se falou, mais ainda não é muito o que se falou. Filha dos anos trinta, gestada em lenta gravidez de idéias nos séculos 18 e 19, a idéia de mudança da capital do Estado de Goiás foi retomada pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, no início da década de trinta, como filha adotada, que se tornou dileta, espelho dos olhos, esperança e progresso, estratégia e sobrevivência política.

O início dos anos trinta no país foi conturbado. Foram depostas as antigas forças oligárquicas através de um movimento aglutinador de forças heterogêneas (oligarquias dissidentes, camadas médias urbanas, tenentes, burguesia industrial...), não se conseguindo ainda decodificar o estranho código político que se ouvia no vento. Mas a resposta não estava no vento. A resposta viria das articulações em torno de uma burguesia incapaz de, na Primeira República, efetivar o processo de acumulação de capital, mola-



mestra para o desenvolvimento do mercado interno nacional, uma vez que não controlava a articulação da produção que tão bem aquinhoou, através da concentração da renda feita às custas de uma inflação galopante, os frutos de inumeráveis empréstimos externos, cujos resultados tão bem resumiu Celso Furtado, quando se referiu à "socialização das perdas".

Trinta no Brasil foi uma tentativa de reorientar o cometa desordenado da economia brasileira, de colocar um pouco de lucidez na loucura curável do capitalismo brasileiro. Não deve ser entendido como processo homogêneo para o país, uma vez que Goiás não contava com a composição de forças (burguesia e proletariado) que originaram os estudos mais fecundos sobre a época mas que, ao soprarem em Goiás, não encontraram ressonância, não encontraram uma satisfatória resposta quanto à participação da burguesia e do proletariado no movimento. Em Goiás a resposta ainda não estava soprando com

o vento. A resposta estava na estruturação de um Estado cuja composição político-social oscilava entre os grupos oligárquicos que centralizavam as decisões políticas nas cidades de Goiás, Porto Nacional e Morrinhos, ligadas aos moldes e práticas políticas da Primeira República, e outros grupos oligárquicos situados no Sul e Sudoeste do Estado, cujo potencial econômico não encontrava o devido respaldo político e cuja mentalidade era, para a época, bem mais modernizante e liberal, embora ligada com o afincamento de uma raiz à estrutura fundiária.

Goiânia foi edificada sob parâmetros vários. Serviu de estratégia política de poder para seu mentor, Pedro Ludovico, numa época em que o governo era provisório e o governante um interventor indo ao encontro das eleições constituintes de 1933, que elegeriam os representantes governamentais e senatoriais em 34. A idéia de mudança da capital era uma bandeira empunhada como argumento, defendida como necessidade, posta como anseio de um povo, requisitada como fundamento e representatividade de um Estado carente de uma capital à altura de seu pretendido salto político-econômico. A mudança da capital ocultava a face mais real de seu intento. Não era apenas o deslocamento do centro de poder dos velhos oligarcas Caiados. O era também. Não era apenas a vontade atávica de uma idéia de um povo ou de um político que buscava concretização. Era bem mais que isso. Feita em nome do progresso, da esperança e do pretensão "novo" que se contrapunha ao suposto "velho", Goiânia representava o veículo de condução político burocrática capaz de levar o estado a uma maior inserção no mercado nacional, a uma dinamização do processo de acumulação capitalista nas fronteiras mais desenvolvidas economicamente no Estado. Antes de ser uma capital para Goiás, Goiânia era uma capital para o Sul e Sudoeste do Estado, uma vez que estes grupos haviam encontrado a abertura de participação política necessária aos seus intentos no Movimento de Trinta, via Aliança Liberal, e concretização de tais anseios no Partido Social Republicano (PSR), liderado por Pedro Ludovico nas eleições de 33/34. Pedro Ludovico, um médico em busca de ascensão política, um liberal, um humanista, um lídimo representante dos anseios políticos e econômicos dos grupos ligados ao Sul e Sudoeste do Estado. Um carisma solidário às transformações.

A construção de Goiânia efetivava-se no burburinho político das vozes contrárias à mudança da capital. A oposição,

em especial a da cidade de Goiás, alegava problemas de toda ordem para a não efetivação de ato tão protelado ao longo da história goiana. A falta de verbas, a carência econômica de um Estado face aos gastos tão múltiplos que se iria fazer, a aplicação dos mesmos na solução de problemas crônicos de vários municípios nas áreas de saúde, educação e energia. Os ouvidos mudancistas se dispunham a emitir silêncios. Não se tratava de remodelar o "velho" e sim providenciar o "novo". Não se tratava de prever os gastos e sim calcular os investimentos. Não se tratava mais de manter o atraso para se obter maior autonomia de poder. Os tempos eram outros e a resposta talvez nem pudesse mais vir com o vento.

A verba viria dos lotes vendidos na área da construção de

Uma parcela da sociedade da época, a que tinha expressão na política local, escondia o fazendeiro por trás do profissional liberal. Era o médico, o advogado, o farmacêutico, o engenheiro, o bacharel, etc, quase todos ligados à estrutura fundiária, que demonstravam por si mesmos ou através de seus representantes geralmente das camadas médias urbanas, uma mudança nos quadros da política estatal. Se fazia crer que o velho, a velha ordem oligárquica, tinha cedido lugar a uma nova ordem, de novos homens, entre jalecos e leis, remédios e construções, que, assim, dariam ao Estado uma nova mentalidade: mais progressista, mais moderna, mais dinâmica. Era um reflexo do espelho dos anos trinta. Uma mentalidade urbana com os pés plantados em solo rural. Tal mesclagem (urbano-rural),

te, cooptadas para e pelo exercício do poder. Goiânia seria assim a própria antítese de Goiás. Todo o passado esculpido e arraigado na velha capital seria projetado, a passos largos, rumo ao futuro com a construção de Goiânia.

As capitais se erguem para o capital. São racionalidades administrativas e burocráticas do Estado que se impõem na lógica do capitalismo. São espaços que permitem organizar o jogo político, são palcos do aplauso dos oportunistas de plantão, mas são também perspectivas que se abrem rumo à modernidade. Arquiteticamente falando, Goiânia foi o símbolo do moderno e do urbano em solo rural. Um teatro de "art nouveau" cravado no meio do planalto central. Um ruidoso berrante do Pantanal tocando no Olimpia de Paris. Os homens demo-

Eldor Rocha Lima



Goiânia, pingaria como chuva de verão dos cofres do governo federal por meio de apólices e empréstimos. Obviamente não cairiam do céu numa época de tempestades internacionais geradas pelo "Crack de 29", seguida pela grande depressão mundial que atinge o Brasil com maior intensidade ao longo dos anos 30.

A mão-de-obra básica teve que ser chamada do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia, para formar um contingente operário que não havia se formado no estado ao longo de seu processo histórico. Os quase 4000 anônimos, a outra face dos construtores de Goiânia, viviam em condições sub-humanas de vida e os salários, quando pagos, viravam vales, que viravam dívidas nas mãos dos agiotas que acabavam por virarem lucros nas cantinas dos exploradores.

pode, até os dias atuais, ser notada nas várias facetas da cidade que se tornou Goiânia, a Capital.

Destaca-se nos anos trinta o crescente interesse do Governo Federal na ocupação capitalista da Amazônia, dentro da chamada "Marcha para o Oeste", da qual Goiânia seria o símbolo do Brasil "grande", do "novo", do "progresso", que levaria o Estado de Goiás a sair do marasmo político-econômico, além de representar o "novo-tempo" que se estruturava nos horizontes nacionais.

Pode-se observar através do que foi dito que, por trás da ideologia do progresso, estavam aspirações de uma oligarquia com alguns ideais burgueses repassados pelas camadas médias urbanas. Por isso Goiânia seria um símbolo de unificação das oligarquias do Sul e do Sudoeste,

rariam a entender os currais de concreto.

A ideologia do progresso, dinamizada pelo nacionalismo desenvolvido pelo País afora, que, por sua vez, sofreu influências internacionais, chegava com força total para consolidar uma época em que o Brasil caminhava a passos largos rumo a centralização do poder. Goiânia, no contexto, era um espelho representativo da política de Vargas e de seus seguidores.

As palavras do redator da revista Oeste, uma das maiores divulgadoras das idéias estadonovistas, são bastante claras: "Goiânia é como que a própria expressão, em termos urbanísticos do Brasil Novo, do Brasil que se redescobriu, do Brasil unificado num só corpo e num só espírito, do Brasil que coordenou todas as nossas forças, orientando-as para fins altos e

nobres, do Brasil que se ergue do berço esplêndido e começou já a cavalgada da glória. Goiânia é, assim, a espécie de cadinho em que se cozem e purificam os nossos vários caracteres. Nela, mais que em outro ponto qualquer, se encontram os dois Brasis — o do litoral e o do sertão —, nela se está formando a célula do Brasil integral... para todo o Brasil, Goiânia adquire uma fisionomia inconfundível e a sua posição se delinea sob o ponto de vista nacional, verdadeiramente a conquista do Brasil pelo Brasil, isto é, a Marcha para o Oeste para um intuito inicial, um propósito básico. E Goiânia foi a manifestação prática desse movimento profundo de nacionalidade." (Paulo A. Figueiredo. Revista Oeste, pgs. 220-221). Talvez nem Pedro Ludovico nem seus aliados soubessem que Goiânia representava tanto e tantas coisas assim.

Goiânia pode assim ser encarada como a imaginação utópica da época. Perspectiva de uma nova vida, de um novo tempo, ideologicamente disseminado pela "Revolução" de 30. Esperança de dias melhores, de ruptura com o passado, de sonho a ser conquistado, enfim, de concretização de um projeto humano resultante de relações humanas. Assim, a idéia de progresso serviu fartamente aos ideais de consolidação política de Pedro Ludovico, através de sua proposta de mudança da capital. Mudando a capital, Pedro Ludovico não só estaria coroando seu ideal político em prol do progresso das regiões Sul e Sudoeste, como estaria também criando um novo centro de poder. A mudança da capital significava também ganhos políticos, uma vez que mudando a capital o Governo estaria criando o necessário espaço urbano à nova etapa de acumulação capitalista no Estado além do espaço necessário à sua afirmação no poder.

Foi, portanto, sob o prisma luminoso do progresso que se atacou de todas as formas a antiga capital e sob o mesmo refrão procurou-se justificar a nova capital. Pedro Ludovico, por sua vez, utilizava seu saber médico e tratava a cidade de Goiás como a um doente em um quase pré-coma na UTI do capitalismo, desenganada pelos mais célebres cirurgiões do Sul e Sudoeste do Estado. A velha Goiás era ideológica e taticamente o exemplo de como não devia ser uma capital. A Goiás Velha era vista como a antítese dos tempos, o buraco do sertão goiano, paciente em fase terminal. A velha Goiás, berço de Cora Coralina, misto de jornalista, doceira e poeta cujos poemas podem servir para demonstrar os universos que o planeta história pode alcançar na dimensão do co-

nhecimento humano, estava velha demais para uma plástica eficiente. Suas rugas no espelho do tempo serviam de demonstração não valorativa, diferentes das rugas de Cora e de sua poesia.

A marcha desenvolvimentista de Vargas e seu espelho em Goiás, Pedro Ludovico, necessitava, assim, de uma capital que espelhasse o progresso, acessível, na vanguarda dos tempos pós-30. Uma capital que coordenasse a vida política e estimulasse a econômica.

Em suma, Goiânia pode ser considerada um fruto do Estado Novo, uma vez que sua realização dependeu basicamente do regime instalado em 30 e que culminou na ordem imposta por Vargas em 37. Para o regime que se instalava o inverso era também verdadeiro: Goiânia

era a representação maior do "nacionalismo", do "bandeirantismo", da "sagacidade" do brasileiro, termos cantados e decantados pelos ideólogos do Estado Novo.

Torna-se claro que Pedro Ludovico e o Estado Novo tinham um forte ponto de convergência: Goiânia. Pelo lado de Pedro Ludovico, o regime servia como suporte de sua mais alta realização política — sua e dos grupos oligárquicos do Sul e Sudoeste —, pelo lado do Estado Novo, Goiânia servia como concretização dos ideais do momento, como símbolo que encarnava, na prática, o nacionalismo apregoado pelo regime. Eles se serviam, se complementavam. No tocante à mudança da capital, podemos afirmar que o Estado Novo foi o catalizador final da transferência da capital, bem

como o início de uma dependência política cada vez maior junto ao Governo Federal.

Para se refletir sobre a construção de Goiânia é necessário entendê-la sob o manto da expansão capitalista que se processou no Brasil do pós-30. Havia em Goiás grupos oligárquicos ligados às regiões sul e sudoeste que ansiavam por uma maior participação política no governo para dar vazão aos seus potenciais econômicos, uma vez que a política da Primeira República cerceava qualquer participação política de elementos fora de seus interesses.

Tal questão tem sido analisada sob o prisma básico de que as oligarquias que controlavam o poder no Estado durante a Primeira República não tinham qualquer interesse em desenvolvimento uma vez que sua tática

era a de manter o atraso do Estado para garantir a continuidade de sua hegemonia. Assim concebido temos que a dicotomia se instalava, pois as regiões de maior desenvolvimento econômico e anseios progressistas estavam fora do jogo político das decisões.

Se assim considerarmos vamos observar que havia toda uma mentalidade de progresso e modernização perpassando as necessidades dos grupos do sul e sudoeste do Estado, fruto de seu processo histórico, que vai encontrar ressonância na Revolução de Trinta, apoiando antes a Aliança Liberal e tendo em Pedro Ludovico Teixeira o representante adequado às necessidades de maior expansão econômica do Estado, com o fito de inserir cada vez mais Goiás no mer-

cado nacional, bem como de dinamizar seu processo de acumulação de capitais. Goiânia, deve, portanto, ser vista no bojo deste processo.

Enfim, chegava-se a uma época de definições em relação a Goiânia. Sua inauguração oficial só se daria cinco anos mais tarde, em julho de 1942. Hoje, entendo que, se Goiânia não foi a realidade mais desejável ao longo de seu processo histórico, foi, pelo menos, a melhor utopia possível.

Nasr Chaul, mestre e doutorando em História, é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás e também letrista de sucesso. Endereço para correspondência: Rua 2, nº 155, ap. 501 - Setor Oeste. 74.320 - Goiânia - GO.

Música e Mestiçagem

Tropicalização Musical

Neste artigo, originalmente objeto de comunicação em um simpósio internacional, a prof^a ODETTE ERNEST DIAS examina o fenômeno de tropicalização da música francesa que resultou no "choro" brasileiro, no "biguine" da Martinica e no "sega" de Ilha Maurício.

ODETTE ERNEST DIAS

Universidade de Brasília

Na sua obra recente "O Discurso dos Sons", (Musik Als Klangrede 1982), o musicólogo alemão Nicolas Harnoncourt propõe certas reflexões sobre a música que podem nos ajudar a considerá-la sob um aspecto linguístico: "A música é a língua viva do inexprimível, e deve sempre ser criada pela renovação, da mesma forma que os homens constroem para si novas casas que correspondem a um novo modo de vida, a uma modalidade de vida espiritual... A música é o reflexo da vida espiritual de sua época, do presente... Tem sua estética própria, (de que a relação com a linguagem é facilmente reconhecível) e também um grande número de meios de expressão especifi-

cos: o ritmo, a melodia, a harmonia, etc...

Partindo destas idéias, podemos chegar a uma comparação entre a linguagem das palavras e a dos sons, presenciando fenômenos que se poderiam caracterizar como de "tropicalização musical".

O objeto deste artigo é uma tentativa de apresentar esta "tropicalização musical" em três países: o Brasil, a Martinica e a Ilha Maurício; bem como destacar o papel da cultura francesa nesse fenômeno e de entrever suas transformações e tendências atuais.

Imagens e espelhos

A cultura francesa, por ra-



zões de ordem econômica e política, teve uma expressão notável no mundo do século XIX, não apenas nos países colonizados pela França, como a Martinica, ou que haviam sido colônias no passado, como a Ilha Maurício, mas também em países como o Brasil — de língua portuguesa.

Era a época das viagens marítimas de longo curso, facilitadas

pela navegação a vapor, época das grandes turnês artísticas que duravam meses e apresentavam os mesmos espetáculos de ópera e de opereta no mundo inteiro. Eu poderia citar alguns entre eles que fizeram furor nos teatros, tanto do Rio de Janeiro quanto de Port-Louis, como "Mignon", de Ambroise Thomas, "Les Cloches de Corneville", "Les Dragons de Vil-

lars", "La Vie Parisienne" d'Offenbach e outros.

A boa sociedade branca e a mestiça no seu desejo de ascensão social assistiam a esses espetáculos e, de volta à casa, se apressavam em pedir aos editores franceses os extratos dessas óperas reduzidas para canto e piano. Músicas que seriam em seguida objeto de noites musicais animadas (saraus no Brasil),

nas quais a moça da família “tocaria para as visitas” sobre um piano francês, (Pleyel, Gaveau ou Erard), importado a preço de ouro. E dançava-se em seguida as polkas, valsas, quadrilhas e mazurkas... como em Paris...

Seria mesmo como em Paris? Se o modelo dominante era a França, nós estávamos em um outro mundo, dominado. Que mundo? Estamos sob os trópicos, faz calor; os corpos mestiços são diferentes apesar das roupas à moda européia, a cor da pele é mais escura, os olhos lânguidos, os gestos dos braços e das mãos, a forma de andar estão muito distantes das “boas maneiras” francesas.

O viajante francês Jean-Ferdinand Denis (1798 — 1890) descreveu esta outra forma de dançar em uma carta a seu pai — falando dos negros, é verdade — mas cuja expressão impregnava toda uma sociedade: “eles dão uma mobilidade incrível à parte posterior do corpo, que parece estar sempre em movimento, fazendo-a girar como se fossem balões”.

Impossível deixar de pensar nas escolas de samba de nossos dias. Não se sabe exatamente quais seriam os “tempos” das músicas; os professores estão longe, a boa técnica instrumental nem sempre está presente. Cantam com uma outra pronúncia.

Uma música tocada com os meios à mão e com outras facilidades locais. Se o piano é o centro dos salões, o que se passaria nas ruas, nas periferias?

O povo vai tentar imitar, também, ele, a música importada, vai reinterpretá-la e criar suas próprias expressões. Por razões econômicas, troca-se o piano por instrumentos portáteis de corda (guitarra, bandedolim, “cavaquinho” no Brasil, banjo nas Antilhas) e o ritmo das danças se sustentará por instrumentos de percussão de origem africana.

A música se transforma como se fosse uma receita de cozinha, em que a substituição de certos ingredientes originais forma um novo resultado mais saboroso e mais rico do que o modelo inicial.

A música que vinha da Europa encontrava um terreno fortemente africanizado, tanto na Martinica quanto na Ilha Maurício e no Brasil. Apesar das rupturas e separações às quais submetia-se o negro escravo, sua cultura continuava a se manifestar, particularmente na música (e também na culinária), conservando características que até hoje perduram em dois traços eminentemente africanos: o timbre vocal grave, rouco, e a música dialogada, entre solista e côro.

Aventuras de uma Polka

A história dos três países apresenta um certo paralelismo: mesma época de descoberta, influência culturais similares. Suas músicas têm portanto laços de parentesco evidentes. Mas quando os caminhos históricos começam a divergir, as músicas se diferenciam também.

Imaginemos, à guisa de exemplo, as aventuras de um gênero musical nascido na Europa Central, mas que fez imediatamente furor nos salões parisienses do século XIX: a Polka. Escolhi o exemplo por suas características rítmicas bem marcadas, binárias, com acento sobre os tempos fortes e ainda por uma razão muito pessoal: era

um mole, o que não existe na polka européia onde são sobretudo os pés que marcam a cadência.

Se a maneira de cantar exprime uma realidade, a dança como gesto é também uma linguagem. A síncope é uma das características africanas presentes no Lundú.

No Brasil, na Martinica, na Ilha Maurício, continua-se a interpretar os ritmos europeus, mas as novas composições sincopadas, acompanhadas de instrumentos de corda e de percussão, diferenciam-se cada vez mais do modelo dominante original. A polka torna-se mais leve, mais humorística e às vezes zombadora, enriquece-se de improvisações e de contrapontos cada vez mais livres.

Imperador Dom Pedro II, tomam gosto pela síncope e escrevem polkas em ritmo de “choro”, com toda a elasticidade do “lundú”.

O “choro” e a “biguine” se introduzem em um gênero de salão tipicamente europeu/francês, “A Quadrilha dos Lanceiros”, do qual constituem a última figura coreográfica.

A propósito da quadrilha, é interessante notar uma adaptação da linguagem falada quase idêntica no Brasil e na Martinica. As figuras da dança são dirigidas por um “commandeur” (na Martinica) e “puxador” (no Brasil), que dão as ordens em francês fonético:

No Brasil:

— enavão — “en avant”

Fernando Madureira



uma das músicas preferidas de meu pai mauriciano, quando se sentia nostálgico ou deprimido, quando emigrou para Paris após a guerra de 1914, e que, adolescente, tocara clarineta numa banda em Port-Louis. Polkas que devem se parecer bastante com as que as bandas de instrumento de sopro tocavam a céu aberto no século XIX e que a colonização trouxe para as praças públicas das cidades tropicais.

A polka encontra no Brasil uma outra dança do fim do século XVIII, o Lundú, parente da Polka pelo mesmo desenho a dois tempos, mas muito mais flexível, sincopada, com os deslocamentos de acentos sugerindo um movimento mais sensual,

A evolução da música crioula no fim do século XIX e na primeira metade do século XX acompanha o desenvolvimento da economia e as modificações sociais consequentes. A classe média mestiça está em ascensão e suas expressões linguística e musical adquirem características cada vez mais autônomas e que se tornam expressões nacionais. O “choro” no Brasil, a “biguine” na Martinica, o “sega” na Ilha Maurício, conservam certos laços de parentesco com a polka original, mas as diferenças se acentuam cada vez mais.

Há casos mesmo em que compositores estrangeiros, como o flautista belga Mathieu-André Reichert (1830-1880) que veio ao Brasil convidado pelo

— enarê — “en arrière”
— balancê — “balancez”

Na Martinica:

— balancez-moi les hitres —
— balancez-moi les huites

— en lavande — en avant les deux
— allez liron — “allez en rond”

O “choro”, a “biguine”, o “sega” são considerados autênticas manifestações nacionais. Constatamos porém que são produtos híbridos. Até onde vão seus laços de parentesco recíprocos? Onde estão suas diferenças? Seria legítimo querer imobilizá-los como músicas “tradicionais”, “autênticas”, “típicas”? Ouvindo-as, constatamos quanto elas evoluem no passado e como esta evolução continua no presente.

Se a riqueza das palavras e dos sons musicais autóctones

vêm justamente do seu caráter híbrido e da sua evolução constante, poder-se-ia parar este movimento em nome de “tradições” e de “autenticidades”? Será que o fato de continuar a absorver as tendências mais variadas, digeri-las e redistribuí-las a uma escala cada vez maior representa um nivelamento, um empobrecimento ou, pelo contrário, um enriquecimento?

Assistimos hoje a um retorno dessa música aos grandes centros, o que seria, de uma certa maneira, uma destropicalização. A migração se faz por necessidade de sobrevivência. Para os músicos, os grandes centros de gravação e de distribuição encontram-se agora em Paris, Nova York, Los Angeles, Tóquio — o que implica em modificações forçadas na técnica de gravação e mesmo de composição e de execução musical.

O modelo dominante continua a se encontrar no Primeiro Mundo, que não é somente Paris como no século XIX, mas todos os grandes centros que dirigem a economia mundial.

A originalidade persiste. As músicas se parecem... e não se parecem. O caráter individual da criação e a dinâmica própria da vida em si mesma permitem esta renovação constante.

Citarei para terminar dois autores que me inspiraram reflexões: o primeiro, francês, Paul Valéry, de quem meu pai fez-me aprender de cor os versos inscritos no frontispício do Palácio Chaillot em Paris:

“Tout homme crée sans le
savoir, comme il respire
Mais l’artiste se sent créer
Son acte engage tont son être
Sa peine bien aimée le fortifie.”*

O segundo, brasileiro, Cassiano Nunes, meu colega na Universidade de Brasília:

“Conhecemos o efêmero que é a realidade maior da vida. Tudo é passagem e tudo é mudança. E contudo, algo fica. Disperso ou fundido nas coisas, anônimo, invisível. Este saldo espiritual é o legado”.

Nota do tradutor:

A tradução da poesia sendo uma aventura à qual renunciámos, mantivemos o texto de origem; apresentando aqui uma simples transcrição das palavras do Francês para o Português: “Todo o homem cria sem o saber, como respira/Mas o artista se sente criar/Seu ato engaja todo seu ser/Sua pena bem amada o fortifica.

* ODETTE ERNEST DIAS é professora da Universidade de Brasília e grande flautista. DF LETRAS agradece ao professor PEDRO DUARTE, da Câmara Legislativa, a tradução do presente artigo.

Endereço para correspondência: SQS 311, Bloco “E”, Aptº 506 70.364 — Brasília-DF

Resenha — — Letras

O fim do ano de 92 trouxe certo alento às letras planaltinas, depois de um transcurso anual insípido.

Temos a comemorar o retorno da revista Humanidades, da UnB, sob a editoria competente de Thelma Pereira de Souza. Humanidades completa 10 anos, a UnB 30, e seu número 4, de dezembro, dedica-se à reflexão desses eventos.

A comemorar também a constância com que a revista "Excelência", sob o comando de Oliveira Bastos, atravessa incólume a crise do tempo, chegando agora ao seu 17º número, sempre dedicando-se a Brasília.

A Codeplan — Cia de Desenvolvimento do Planalto Central — que dispõe de um importante e histórico currículo editorial — também comparece em Dezembro com "CADERNOS-2", editado por Paulo Timm e organizado por Celeste Dominici, trazendo 17 artigos que avançam reflexões sobre o Distrito Federal.

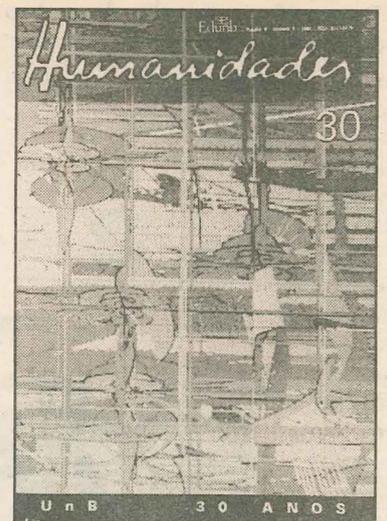
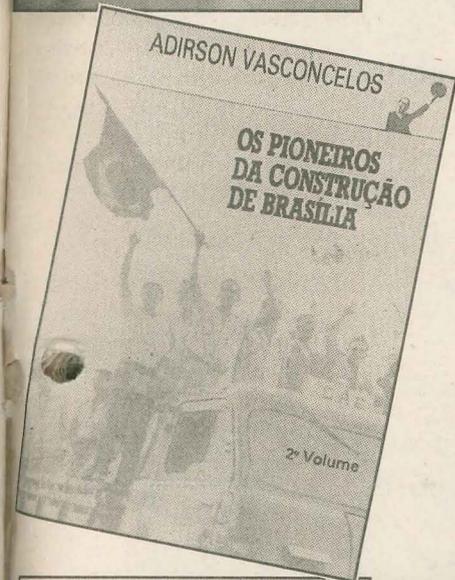
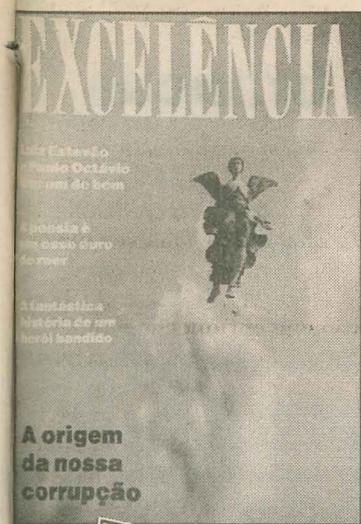
Outra instituição regional, o Instituto do Trópico Subúmido, da Universidade Católica de

Goiás — o Instituto dos Cerrados — tem publicado regularmente, comparando por último com a série Contribuições — Contributions To The Savanna Study.

Quando a livros, repetiu-se a escassez de lançamentos recentes. O poeta Menezes Y Moraes lançou "Outros Cantares de Igual Teor", comemorando, após cinco obras publicadas, os seus 17 anos de atividades literárias. (Edição do autor, 109 páginas)

O historiador Adirson Vasconcelos, publicando desde 1960, chega ao seu 23º livro com o gigantesco "Pioneiros da Construção de Brasília", dicionário biográfico com cerca de 20.000 nomes/ verbetes. (Edição do autor, 1034 páginas, em 2 volumes).

Enriquece-se também a MPB com Renato Vivacqua em seu segundo livro sobre o tema, num estudo crítico e bem-humorado. (Música Popular Brasileira — Cantos e Encantos — João Scortecci Editora, São Paulo, 115 págs.)



Poemas Poemas Poemas Poemas Poemas Poemas Poemas

ALCEU BICCA

Poema nos Bares

Moças e rapazes
amor, beleza, ternura
grande conquista
poetar nos bares:
nos palcos, versos
e quintanares.
Chegou o amor em versos
o bom e o perverso
a paixão à política
a opinião crítica
no ar a emoção
protestos contra a opressão.
Chegou o futebol falado
coração desesperado

jocosos na madrugada
canta o erotismo e a fada
exalta a mulher impura
com paz e tanta brandura.
Informal de jeans e blusa
para falar de suas musas
antes era nos saraus
mais tarde ganhou as ruas
acesso aos bares por nada
ou trocos pra vida dura.

O poema chegou aos bares
somando-se ao cotidiano
muita emoção pelos ares
Vida dura. Felizes anos.

Na cidade
existe um bar
de estranho e nefasto ar
tudo que lá
se conta e diz
marca como se fôra cicatriz.
Na face um vergão vermelho
como se fosse no espelho
juntaram-se os dois cretinos
sob as malhas do destino
— "Vivo morto de susto
transo
a mulher dum justo
sendo minha sina griz."

Papéis na Vida

— "Eu sou o mensageiro do
amor
pois vivo o imperador
na alcova da imperatriz."

Mensageiro do amor:
"eu cupido ela atriz
se rei, ela imperatriz."

Alceu Bicca envia seus poemas
de Porto Alegre;
Rua Visconde do Herval,
1092/303
90.130 - 180 - Porto Alegre -
R.S.

AMARGEDOM

Dança da Mistura

(a Antônio Houaiss e irmãos
Campos)

Laço em laço: enlace
Pindoramafro: luzilázia
A língua de Juca Pyrama
Zumbi(u) camoniânima
Luxafro tupiguarânia
Florese(u) latim por tintim
Antropofálica mistura
Frevo - fervor
Destino - imã - sina
Armagedom (Gustavo Dourado)
é diretor do Sindicato dos Escritores do DF.
End. Correspondência: SQS
306, bloco F, ap. 402
Brasília, DF.

Plenas paredes brancas

plenas paredes brancas
 íntegra límpida cal
 concreto aparente
 e o translúcido vidro
 mãos somadas em concha
 da fonte das pedras
 dimana água matriz
 e de Falerno o vinho
 falerno de Opímio
 ânforas de falerno

o melhor é memorável
 é nardo puro nardo
 vaso de alabastro
 xaxim de outras eras
 xaxim samambaias
 sol sombra e alvoradas
 e água: mãos em concha
 no gesto o carisma

Clovis Sena



Olho

se você olhar direito no meu olho esquerdo verá que o sol conjugado coletivamente entre os trabalhadores dos campos das construções civis y militares é uma equação de paz a ser resolvida se você olhar esquerdo no meu olho direito descobrirá Brasília capital república oligarquias digo por entre fezes e medos por dentes lágrimas e risos por sonhos corpo e desejos se você olhar sobre os muros as cercas entre as grades escrapiopressão se você tiver a dignidade

de resistir sob os signos da nova forma de escravidão você não é mais a mesma menina você não é mais o mesmo menino nós não somos mais os mesmos pessoas por isso beijamos as crianças do planeta e acreditamos que a música dos gritos dos torturados no interior das prisões já compõe a sinfonia da terralivre do medo se você matar a fome desse mundo-dor verá que as transformações da espécie envolverão eu tu nós vós eles num tempo-futuro numa ausência desse

desespero numa só clemência desse formigueiro nu só ato simples desse nosso amor s'eu teu olhar co meu olho direito no teu olho esquerdo eu te dese seja como for empresto meu ouvido pros teus cantos minha boca pros teus beijos adiciono teu frio ao me calor num tempocorpo possível se você olhar o pov assim com esses olhos assim com gestos livres.